

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE



Maputo, 20 de Maio de 2016 • ANO XXIII • Nº 1167 • Preço: 40,00 Mt • Moçambique

Savana FM 100.2 Mhz • www.savana.co.mz • [email:savana@mediacoop.co.mz](mailto:savana@mediacoop.co.mz)



Nyusi tenta encontrar soluções para fazer face à zanga Ocidental

O vento que pode soprar do Oriente!



Pág. 2

Primeira tranche (USD178milhões) vence próxima segunda-feira

MAM sem dinheiro para pagar



Pág. 2

26ª EXTRACÇÃO

Super taluda dia da independência

2 MILHÕES DE METICAIS

Compra já os seus bilhetes no agente autorizado da Sojogo

Quanto mais jogar, maior é a probabilidade de Ganhar

Extracção 25/06/2016



LOTARIA * TOTOTOBOLA * TOTOLOTO * JOKER



Filipe Nyusi tenta encontrar soluções para fazer face à zanga Ocidental

O vento que pode soprar do Oriente!

- Sobre a dívida pública, a China diz que “Moçambique pode contar com o bom amigo chinês”

- Em jeito de recado para alvos não claramente identificados, a China diz que vai continuar a apoiar Moçambique na “luta contra a ingerência externa”

Por Fernando Mbanze, na China*

A dívida e o apoio financeiro a Moçambique andaram nas bocas de todos – fora e dentro de Moçambique – embora para consumo mediático tenham sido assinados apenas cinco acordos com o “aliado natural”, nomeadamente acordo de cooperação tecnológica; de doação alimentar (cereais); de aumento da capacidade produtiva (transferência de tecnologia industrial); um memorando de cooperação económica no exterior e ainda o acordo entre a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos e a China National Petroleum Corporation (Empresa Nacional de Petróleo da China-CNPC).

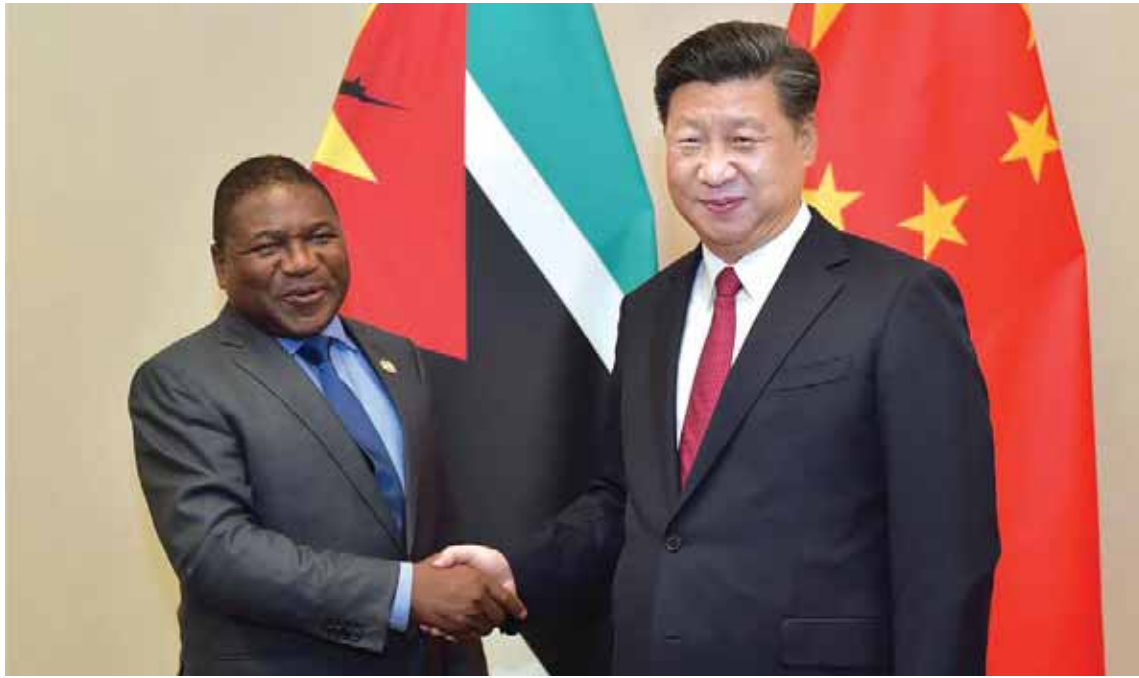
A deslocação do presidente FJ Nyusi tem um simbólico bastante alto, tendo em conta o actual estágio que a economia moçambicana está a atravessar, particularmente do ponto de vista de gestão da insuportável dívida pública, muito por culpa dos empréstimos duvidosos contratados nos últimos anos da governação de Armando Guebuza.

O pior neste enredo (das dívidas) é o facto de a comunidade doadora internacional estar decidida a deixar de apoiar o governo dirigido por Filipe Nyusi, caso esclarecimentos cabais não sejam conseguidos em torno das dívidas duvidosas no valor de cerca de dois mil milhões de dólares americanos, parte das quais, recentemente destapadas gota-a-gota. Por agora, a comunidade doadora internacional (essencialmente o Ocidente), simplesmente suspendeu o apoio, condicionando a decisão definitiva ao tipo de esclarecimentos que ainda devem ser dados. Nas várias chancelarias pedem-se as cabeças dos autores das dívidas, uma medida que poderia “serenar as águas”. A outra, igualmente de cariz político, seria um entendimento com Afonso Dhlakama, o líder da Renamo, refugiado há vários meses na serra da Gorongosa.

Reconhecendo estar em situação extremamente complicada, o PR e o seu governo têm estado a apelar aos moçambicanos para não entrarem em desespero, na promessa de que dias melhores estão a caminho. É pois neste contexto de “estado de necessidade” que Filipe Nyusi está, desde segunda-feira, a visitar a República Popular da China, um país que, nos últimos anos, se tem posicionado na linha da frente em termos de parceria estratégica com a República de Moçambique. Mas é também com a R.P. da China que foram contraídos alguns empréstimos de natureza controversa, em termos de prioridades e montantes como é o caso dos novos terminais do Aeroporto de Maputo, a estrada circular de Maputo, a ponte para a Catembe e o estádio do Zimpeto e que tornaram este país um dos maiores credores do país

Apoio à gestão da dívida

Em relação à dívida pública, o governo chinês diz que nunca vai de-



Filipe Nyusi tenta encontrar soluções na China com o seu homólogo Xi Jinping

ixar um país irmão e amigo em situação económica complicada, o que, por outras palavras, pode sugerir que os chineses estejam a pensar numa engenharia financeira para libertar Moçambique da actual situação. Observadores notam, no entanto, que Moçambique precisa de “dinheiro vivo” para injectar no Orçamento e este é o tipo de cooperação que a R. P. Da China não faz. Outra possibilidade, a “compra da dívida”, é problemática, dadas as próprias ambições chinesas em relação à liderança do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Falando a jornalistas instantes depois da assinatura dos acordos presenciados pelos dois chefes de Estado, o vice-ministro da China para os Negócios Estrangeiros e Cooperação, Zhang Ming, não foi explícito em relação ao mecanismo que será encontrado. Mas, uma coisa ele assegurou: Não vamos deixar um povo irmão e amigo atravessar momentos difíceis. Estamos juntos em momentos de alegria, mas também de tristeza, assegurou.

“Sabemos que Moçambique e China são bons amigos. Amigos que compartilham momentos alegres e difíceis. Realizamos a cooperação em todas as áreas com resultados frutíferos. Como disse, Moçambique está a enfrentar dificuldades económicas e financeiras. Nisto, Moçambique pode contar com bom amigo chinês – avançou o vice da diplomacia e cooperação, numa conferência de imprensa que (não sabemos o porquê), a parte moçambicana não esteve representada.

Zhang Ming acrescentou que o assunto foi partilhado nas conversações oficiais entre os dois países e deve ficar registado que a cooperação entre os dois países deve ser reforçada no sentido de assegurar que as actuais dificuldades económicas de Moçambique sejam ultrapassadas.

“Durante as conversações oficiais, os dois Chefes de Estado apresentaram a actualidade de cada país. E

gostariamos de reforçar mais a nossa preocupação no sentido de ultrapassarmos as dificuldades temporárias” – referiu o vice da diplomacia chinesa, deixando claro que a actual crise da dívida pública moçambicana deve ser tida e considerada como temporária.

O governante chinês entende que ajudar Moçambique no seu desenvolvimento, a exemplo da transferência de tecnologias, é assegurar resultados recíprocos para os dois lados, tendo em conta a longa e frutífera irmandade que existe entre os dois países e povos.

“A China vai ajudar e encorajar empresas chinesas a oferecer as tecnologias, até apoios financeiros. É uma cooperação com resultados recíprocos. Ajudar Moçambique é ajudar-mo-nos a nós próprios” – anotou. Com perguntas limitadas, não ficou claro o que objectivamente irá acontecer em termos do apoio chinês na gestão da dívida pública moçambicana.

O contacto com os jornalistas foi interrompido abruptamente pelo vice chinês, aparentemente irritado por ter sido convidado a quantificar a “ajuda chinesa”. “Não se pergunta a idade de uma mulher”, disse o abespinhado ministro, saindo de seguida da conferência com os jornalistas.

Defesa e Segurança

Já nas áreas de defesa e segurança, o diplomata chinês anunciou que as partes decidiram reforçar também a parceria e cooperação, sublinhando que o seu país vai continuar a apoiar Moçambique na defesa da sua soberania.

“Vamos reforçar a cooperação nas áreas de segurança e ordem pública. A China vai apoiar Moçambique a aumentar a sua capacidade de Defesa Nacional e salvaguarda da soberania e estabilidade do país” – assegurou ele. Embora não esteja representado a nível ministerial, o Ministério da Defesa trouxe à R. P. da China elementos importantes do seu quadro superior.

Ingerência de quê?

Depois de o vice dos Negócios Estrangeiros e Cooperação ter falado aos jornalistas, a assessoria de imprensa da Presidência da República partilhou o documento final das conversações. Já com algum detalhe, o documento fala, por exemplo, da necessidade de apoio chinês para Moçambique conseguir combater a ingerência externa.

“A República Popular da China vai continuar a apoiar firmemente os esforços do governo moçambicano na salvaguarda da segurança e da estabilidade nacional, bem como na sua luta contra a ingerência externa” – refere o documento, sem apontar exactamente de onde estaria a provir a referida ingerência contra um país soberano.

Muito provavelmente, este tópico pode ter a ver com o facto de o governo moçambicano estar a ser “bombardeado” por todos os lados (particularmente pelo Ocidente) em relação à dívida pública. O SAVANA não conseguiu uma clarificação oficial do termo “ingerência”, mas o tema tem sido recorrente nas últimas semanas por parte de “comentadores” a soldo do governo e com espaço cativo em alguns órgãos de informação nacionais.

O documento oficial que resume a essência dos acordos assinados refere, por outro lado, que a cooperação será fortalecida no sentido de Moçambique ter capacidade humana, institucional e material de defender a sua soberania.

“Os dois Estados concordaram em fortalecer o intercâmbio entre as instituições de lei e ordem e defesa e segurança, como as Forças Armadas, Polícia, Serviços de Inteligência, Serviços de Migração, entre outros”, acrescentando que “os dois Estados decidiram também reforçar a cooperação nas áreas de Defesa Nacional, construção de capacidade de salvaguarda de estabilidade, partilha de informações, formação de quadros, tecnologias de equipamento, indústria militar, entre outras”.

Agenda preenchida continua

Depois de ter chegado à capital Beijing pouco depois das 22 horas locais na segunda-feira (16 horas de Maputo) num voo comercial de uma das companhias do Golfo, depois ter “voado” para a histórica cidade de Nanquim, na província de Jiangsu, o Presidente da República continua a palmilhar o território chinês, uma visita com uma agenda extremamente carregada, planeada antes dos “escândalos” das dívidas escondidas. Depois de um curto repouso, o Chefe de Estado participou na manhã da terça-feira no fórum empresarial Moçambique-China, isso na província de Jiangsu, visitando depois a academia militar de Nanquim, onde se formaram muitos quadros do movimento de libertação moçambicano, nos anos 60 do século passado.

Na reunião empresarial só fizeram apresentações empresas estatais chinesas, o modelo preferencial de cooperação chinesa. Uma das companhias está a terminar uma fábrica de cimento em Cuamba e o seu director queixou-se que continua a ser muito difícil “obter vistos de trabalho” para desempenharem as suas actividades em Moçambique. A delegação empresarial moçambicana, com 71 membros, sobretudo do sector privado, queixa-se das dificuldades em penetrar e encontrar parcerias chinesas, dado o relacionamento preferencial com o sector público e a cooperação Estado a Estado, apesar da propaganda pró-capitalista chinesa. Do lado moçambicano, fizeram apresentações Lourenço Sambo, o director do CPI (Centro de Promoção de Investimentos) e Omar Mithá, o PCA da ENH (Empresa nacional de Hidrocarbonetos). Optimista, Mithá prometeu notícias sobre o bloco 4 “nos próximos dias”, considerando que o quadro sobre o bloco 1 ficará clarificado até ao fim do ano. Este bloco, liderado pela americana Anadarko, não tem ainda uma “declaração final de investimento”(FID), uma situação que os analistas atribuem à presente conjuntura de baixos preços, eventuais novos parceiros e mais contratos de venda de gás que tornem sustentável a próxima fase do desenvolvimento das perfurações na área 1. A ENH precisa urgentemente de encontrar a engenharia financeira que lhe permita participar em pé de igualdade com os seus parceiros nos blocos onde tem participação formal.

Agenda pesada

Quarta-feira, o PR partiu para a capital chinesa, Beijing, dia reservado para uma série de reuniões-chave com o governo chinês, com destaque para a recepção e reunião “tête-à-tête” com o presidente Xi Jinping da R. P. da China.

Já na quinta-feira, o dia iniciou-se com reuniões de trabalho em Beijing para depois segui-

Empresa obrigada a renegociar a dívida

MAM sem USD178 milhões para pagar na segunda-feira

- Ematum está sem fundos para garantir as suas operações e quer apoio do Estado

Por Argunaldo Nhampossa

O ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, clarificou esta quarta-feira, durante a audição Parlamentar sobre as dívidas contraídas com garantias soberanas, que todo o dinheiro envolvido naquelas operações saiu dos bancos directamente para os fornecedores de barcos e armas e nenhuma moeda passou pelo Banco de Moçambique. Mas o que mais preocupou na audição de Maleiane é que a Mozambique Assets Management (MAM) não dispõe de USD178 milhões para pagar na próxima segunda-feira (23 de Maio) e a EMATUM está sem fundos para garantir as suas operações e quer apoio do Estado.

Apesar do optimismo de Maleiane para o pagamento das dívidas, a realidade mostra que o futuro será sombrio.

A Ematum está sem fundos para garantir as suas operações e quer apoio de Estado. A Proindicus e a MAM ainda estão reféns da assinatura dos contratos de prestação de serviços com as empresas de pesquisa e exploração de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma, que, por sua vez, ainda não tomaram decisão final sobre o investimento.

O governo foi ao Parlamento para uma audição conjunta pelas comissões de Plano e Orçamento e Defesa, Segurança e Ordem Pública sobre o controverso assunto das dívidas.

Assim, o governo evitou a possível ida à sessão plenária da Assembleia da República para esclarecer os contornos do negócio. A Renamo, que não concordou com este modelo acordado pela Frelimo e o MDM, pautou pela ausência, alegando que não haveria espaço para debate.

Na sala de audição, Fernando Bismarque, único deputado do MDM presente, e Eneas Comiche, presidente da Comissão de Plano e Orçamento, foram os únicos que se destacaram com perguntas de insistências.

Garantias do estado

A questão de fundo que preocupa a sociedade é o facto de se ter contraído dívidas com garantias do Estado para empresas de viabilidade duvidosa.



Adriano Maleiane não descarta privatização ou venda de património para pagar dívidas da MAM

Nisto, Adriano Maleiane, Ministro da Economia e Finanças, explicou que o critério usado para tal era a relevância do projecto na resolução de questões estratégicas para o país e assegurou que o investimento da Proindicus e da MAM está alinhado nessa perspectiva.

Por outro lado, referiu que a criação destas empresas enquadra-se numa estratégia de evitar que o governo entrasse em negociações com as multinacionais em matéria de segurança. Precisou que, caso as multinacionais apresentem as suas empresas de segurança, haverá espaço para criação de joint-venture com firmas moçambicanas, sendo que o governo, através do Ministério da Defesa ou de Interior, não pode entrar nesse tipo de empreitadas.

Maleiane voltou a repetir o discurso de Carlos Agostinho do Rosário de que devido a este interesse estratégico do Executivo e por acoplar a compra de equipamentos de segurança, o governo não partilhou a informação das dívidas com a AR.

Em insistência a uma pergunta do deputado Fernando Bismarque sobre o paradeiro de dinheiro e quanto sobrou nas operações, o governante fez notar que no processo da contracção da dívida estimada em USD 1.4 mil milhões o valor não chegou ao BM.

“O valor envolvido nas dívidas foi pago de forma adiantada aos fornecedores e era abatido durante a entrega. Ou seja, o dinheiro não passou pelo país, foi todo gasto incluindo o pagamento das comissões dos intermediários”, disse.

O Ministro precisou que a Proindicus,

que conta na sua estrutura accionista com 50% da GIPS e outros 50% da Monte Binga, foi criada para gerir sistemas integrados de segurança quer aéreo, marítimo, lacustre, fluvial e terrestre que são áreas de interesse do Estado.

Sustentou que o estudo de viabilidade da Proindicus projectava uma receita líquida acumulada de USD 1.6 biliões no final de oito anos de contrato, o que possibilitaria o pagamento do empréstimo de USD 622 milhões em cinco anos.

Argumentou que de princípio tudo indicava que o projecto estava bem encaminhado, mas até ao momento a empresa não conseguiu celebrar nenhum contrato de prestação de serviços com as multinacionais da bacia do Rovuma.

A 23 de Março do presente ano, a empresa pagou a primeira tranche do empréstimo no valor de USD24 milhões, sem ter acionado o Estado.

O próximo pagamento está previsto para mesma data e mês de 2017 e Maleiane diz estar confiante que a Proindicus conseguirá pagar, porque o governo já aprovou os planos de desenvolvimento das empresas que vão explorar gás em Palma, faltando somente alguns pormenores.

Assim, diz esperar que até final do ano sejam assinados os contratos para que a empresa consiga pagar sozinha a dívida sob pena do credor pedir solicitar a execução das garantias emitidas.

“A empresa tem 12 meses para resolver esta situação de contratos. Se não conseguir até lá vamos ter de procurar outras alternativas e todas estão abertas incluindo privatização, venda do

património ou da própria empresa”, frisou.

MAM vai reestruturar a dívida

Tal como na Proindicus, o governo tinha o mesmo optimismo em relação à MAM de que por estas alturas já estaria a operar o seu estaleiro naval em Pemba e prestar assistência às embarcações de apoio às empresas exploradoras de gás.

O estudo de viabilidade da MAM, que é detida pela Gips em 98%, EMATUM com 1% e a Proindicus também com 1%, apontava para uma receita anual de cerca USD 300 milhões para pagar a dívida de USD 535 milhões em quatro anos.

A primeira tranche de pagamento no valor de USD178 milhões vence já na próxima segunda-feira (23 de Maio) e a segunda na mesma data do próximo ano. A maior preocupação neste momento, segundo Maleiane, é que a empresa não tem esse valor, pelo que desencadeou um processo de reestruturação da dívida.

O governante fez notar que o país está no limite da dívida e não se pode endividar mais ou caso queira deverá recorrer a créditos concessionais.

A curto prazo diz que o futuro do país pode não ser dos melhores e recomenda o alargamento da base tributária, cortes em algumas despesas que não paralizam a economia do país.

EMATUM sem fundos de manei

A EMATUM continua numa travessia de deserto. Depois de ter publicado o seu relatório e contas ano passado com os números no vermelho,

Maleiane não escondeu a real situação da empresa. “A empresa não dispõe de fundos de manei para ir ao mar e garantir as suas operações. Está parada e precisa urgentemente de fundos”, precisou Maleiane, sem fazer referência ao valor em causa. A informação sobre os valores necessários também nos foi declinada pelo PCA da EMATUM, António Carlos do Rosário.

Outra informação preocupante é que os barcos precisam de readaptação para irem ao mar, facto que irritou Eneas Comiche, presidente da Comissão de Plano e Orçamento, que de seguida questionou como é possível readaptar barcos novos, lamentando o facto do governo se ter metido num negócio que desconhecia.

Em resposta, Maleiane esclareceu que a readaptação surge como uma recomendação feita pela União Europeia de modo a que a EMATUM possa colocar os seus produtos naquele mercado conhecido pelas suas rigorosas exigências quando se trata de questões alimentares.

Maleiane frisou que das 24 embarcações a empresa está a operar actualmente com nove, sendo que as 12 estão no processo de readaptação por uma firma sul-africana e as restantes três são patrulheiros.

No entanto, ressaltou que no âmbito da reestruturação da dívida desta empresa ficou acordado que dos USD 850 milhões, ela tem a responsabilidade de pagar USD 350 milhões e o Estado USD500 milhões que foram utilizados para compra de equipamento de segurança e prover protecção à pesca.

Para a EMATUM pagar a sua parte, aponta Maleiane, que foi instada a buscar parceiros quer nacionais ou estrangeiros de modo a colocar os barcos no mar e rentabilizar o negócio. Isto porque os barcos estacionados no porto de Maputo estão a trazer custos elevadíssimos de manutenção e seguros.

Desde a descoberta dos chamados empréstimos escondidos, os parceiros internacionais de Moçambique cancelaram as suas ajudas, enquanto que as agências de rating rebaixaram o crédito do país. Moçambique possui uma dívida pública de USD11,64 mil milhões, dos quais USD9,85 biliões são referentes à dívida externa.

rem visitas a empresas públicas, das quais a Empresa Nacional de Petróleos da China, participante na exploração da Bacia do Rovuma no bloco 4 liderado pela italiana ENI. O PR participou ainda, na mesma quinta-feira, no fórum empresarial Moçambique-China, visitou a famosa Praça Tiananmem, ainda esteve reunido com Li Keqian, o Primeiro-ministro chinês.

Sexta-feira, o Presidente da República parte para a cidade de Jinan, capital da província de Shandong. Nesta cidade, o Chefe de Estado e sua delegação irão visitar a Empresa de Equipamentos e Veículos Ferroviários de Jinan e uma visita ao campus do colégio vocacional de Jinan. Brevemente visita Moçambique uma delegação empresarial desta província. O último dia da visita

(sábado) inicia-se com a visita à sede do grupo Shandong Hi-Speed Corporation Ltd (sistema ferroviário de alta velocidade) para, no início da tarde, seguir para a cidade de Zhanqiu. Nesta cidade, o Chefe de Estado tem visitas agendadas ao Centro de Demonstração da Agricultura Moderna e visita a fábrica de Jin Rong Foodstuff Ltd. Um dos empresários integrado na delegação moçambicana procura colocação no mercado chinês das primeiras 400 toneladas de amêndoa de macadamia produzidas em Catandica, província de Manica.

Nas ligações inter-cidades, o Chefe de Estado e sua delegação utilizaram o comboio de alta velocidade, um meio de transporte muito popular e desenvolvido na China e mais barato que o avião.

*Com a redacção em Maputo

Interesse chinês para mais recursos no Rovuma

Por agora não!

A exploração dos recursos naturais no país, especialmente os hidrocarbonetos, continua na ordem do dia com cada vez mais descobertas e, por conseguinte, captação de maior interesse por parte de grandes companhias internacionais. Na bacia do Rovuma, por exemplo, apesar da situação de crise, não abrandou o interesse dos grandes conglomerados da exploração de petróleo e gás. É nesta lógica que, numa rápida conversa com o ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, os jornalistas perguntaram sobre a

possibilidade de o lobby chinês estar próximo de conseguir aumento nos projectos já alinhavados de exploração de gás, ou então, se avançar para novas concessões a favor das empresas da terra de Mao Tse Tung.

A resposta do ministro foi peremptória. “Para já não” – respondeu o governante, que faz parte da delegação do Presidente da República que, desde segunda-feira está em visita de Estado à República Popular da China.

A justificação do chefe da diplomacia moçambicana tem dois fundamentos principais. O primeiro,

segundo explicou, gira em torno da necessidade de compreender e reconhecer que o que estava disponível já não está mais. Ou seja, está já ocupado. Já o segundo motivo tem a ver com a necessidade de deixar alguma coisa para gerações futuras. “Para já, para já não estamos a prometer recursos adicionais por duas razões. Primeira porque o que estava disponível para agora está praticamente tomado. Segundo porque o governo está a ser cauteloso na cedência de mais recursos no sentido de garantir que fique alguma coisa para as futuras gerações.”, disse Baio.

Moçambique tem condições para despontar como potência no gás

– Omar Mithá

Numa conjuntura nublada pela vertiginosa queda de preços dos recursos energéticos no mercado internacional, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), Omar Mithá, mostra-se otimista quanto ao retorno dos projectos de gás moçambicanos.

Em entrevista à Zitamar News (ZN), Omar Mithá (OM) afirma que, mesmo num contexto global desfavorável, Moçambique tem condições para despontar como uma potência no gás.

Omar Mithá aborda igualmente a questão do gasoduto Rovuma-África do Sul e afirma que a execução do projecto dependerá dos resultados do estudo de viabilidade.

Sobre o reembolso do valor da entrada da ENH na produção do GNL, que será assegurada pelos outros parceiros no consórcio, Omar Mithá diz que a empresa pretende liquidar essa dívida com os ganhos que vai gerar com o gás.

ZN: Está confiante em relação à obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento dos projectos do gás natural liquefeito (LNG) aos preços actuais do petróleo?

OM: A nossa expectativa é de que os preços vão subir para entre 60 e 70 dólares dentro de cinco anos, período em que irão começar as operações. A nossa visão é de longo prazo, no pressuposto de que as dinâmicas do mercado vão mudar a favor da indústria dos hidrocarbonetos. Ainda acreditamos que há factores-chave que vão impulsionar o incremento da procura, como o aumento do consumo no mercado da Ásia do Pacífico e em países onde a produção interna está a aproximar-se do esgotamento, como nos casos da Tailândia e da Indonésia.

Moçambique está muito bem colocado para uma oferta mais diversificada em termos de fontes energéticas, numa base de longo prazo e em termos de eficiência de custos; temos imensos recursos de grande qualidade que vão poder satisfazer os compromissos e que muitos países precisam na actual conjuntura. Por todas essas razões, acredito que os preços vão subir e o nível de retorno dos projectos é tão bom que mesmo aos preços actuais o gás moçambicano pode ser competitivo.

Os projectos de gás moçambicanos estão tão bem estruturados que mesmo na actual situação estão em condições de arrancar. A questão, aqui, é qual é o impacto dos actuais preços na estrutura de capital dos projectos, tendo em conta que os mesmos são dependentes de financiamento (*finance project*). Nesse sentido, teríamos de fazer a ponderação entre a proporção das acções, da dívida, porque muitos dos países de onde são provenientes as companhias debatem-se com problemas de liquidez. À parte a questão



Omar Mithá, Presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH),

do financiamento do projecto, se olhar apenas para a questão do modelo operacional, está tudo bem.

ZN: Moçambique enfrenta agora uma crise de dívida, na sequência de revelações de mais de um bilião de dólares de empréstimos garantidos pelo Estado. Qual será o impacto dessa crise de dívida no financiamento dos projectos de gás e da confiança dos investidores na transparência das instituições?

OM: Teoricamente, e porque todos pertencemos ao Estado, e em termos de credibilidade do país, a nossa situação irá deteriorar-se. Mas os projectos da Bacia do Rovuma são considerados por si só megaprojectos, com um quadro regulatório próprio e foram montados na base de um projecto financeiro.

Os investidores vão olhar para os projectos de forma isolada do resto. Vão olhar para a matriz do risco – que pode resultar de atrasos e redução de preço – e não necessariamente para o caso de um accionista minoritário que possa pôr em causa o projecto.

Lembre-se que muitas das companhias cotadas em bolsa sofreram uma depreciação no valor das suas acções, se isso pesasse na decisão de apostar nos projectos, então seria sombrio.

Se abordarmos a questão num contexto mais amplo, sobre que implicações a situação da dívida tem na confiança do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), o que precisamos, e o que o país tem vindo a fazer, é criar um clima conducente à atracção de mais investimento em termos de redução de riscos e através da criação de um ambiente legal favorável aos mega projectos, como é o caso no Rovuma, e como aconteceu no passado com a Mozal e a Kenmare.

No âmbito dos mega projectos, tem estado a correr muito bem e Moçambique está no foco como um país seguro, como um país que já mostrou compromisso com o respeito pelos acordos que assina em vários fóruns e que nesta

conjuntura não está interessado em comportar-se como um “rapaz mau”, com nacionalizações ou algo do tipo.

Desse modo, devido à desaceleração na China, e dado que há uma quebra no preço das matérias-primas, o ímpeto do crescimento pode reduzir, e dado que o nosso Orçamento do Estado é altamente deficitário e recorrer ao mercado para a supressão do défice é caro, pensamos que a via para o crescimento económico de Moçambique será através da atracção de mais IDE. O IDE é importante, somos ricos em recursos e há Mercado para os recursos e há pessoas que com conhecimento, tecnologia e dinheiro, pelo que precisamos de convidar essas pessoas para virem e juntos trabalharmos numa parceria assente em vantagens recíprocas.

ZN: A participação da ENH (Empresa Nacional de Hidrocar-

bonetos) será paga pelos parceiros do consórcio da Área 1, como é que a empresa vai liquidar a dívida?

OM: Iremos pagar com a parte das receitas destinada à ENH no âmbito do projecto. A proporção do gás alocada à ENH, como accionista, já tem um mercado a longo prazo e a parte destinada ao Governo também já está contratulizada. Os “royalties” em gás e os lucros gás não serão recebidos, irão todos no mesmo pacote para venda. A nossa porção e a dos outros concessionários serão destinadas à exportação. Nesse sentido, teremos dinheiro e depois de pagarmos as despesas associadas à operação e dívidas às instituições financeiras, ficaremos com uma porção que nos permita o reembolso da nossa entrada.... Lembre-se que somos accionistas e, por isso, somos os últimos beneficiários, pelo que teremos de sacrificar os nossos dividendos e outros fluxos em benefício da liquidação da dívida.

ZN: Os accionistas da Área 1 estão a tentar alcançar acordos com compradores da Indonésia, Japão e China para oito milhões de toneladas de LNG por ano. Com quem estão a negociar a venda dos remanescentes 4 milhões de toneladas?

OM: Não estou autorizado a revelar essas informações, porque a Anadarko é que está no processo de implementação do projecto e é também responsável pelas negociações. O que posso afirmar é que há novos mercados e outros países asiáticos que demonstraram interesse. Mas para garantir o financiamento para os projectos, não será necessário ter acordo de venda de 12 milhões de toneladas por ano, basta assegurar a venda de nove milhões de toneladas. O que acontece é que, devido ao baixo preço, e ao excesso de oferta, alguns

compradores preferem uma maior flexibilidade e não vão negociar a longo prazo.

ZN: Qual é o nível de interesse da ENH no gasoduto proposto pela SacOil and CPP para a exportação do gás da bacia do Rovuma para África do Sul? Há muito cepticismo sobre a viabilidade económica desse projecto.

OM: Não confirmo nem desminto essas declarações. O que posso dizer é que serão realizados estudos e depois dessas análises teremos conclusões sobre a viabilidade ou não do projecto.

Estamos a falar de gás comercial, pelo que não se trata de desviar o gás que, por lei, será alocado ao mercado doméstico. Isto é importante, porque há um mal entendido no mercado.

E, segundo, é bom lembrar que ... se há uma iniciativa privada, de acordo com a Lei do Petróleo, independentemente de quem tiver a iniciativa, tem de envolver a ENH, como o braço comercial do Estado, também como parceiro.

Acerca da viabilidade do projecto, essa é uma questão, e já há um acordo, e nós somos parte da parceria, por forma a dar início aos estudos. Os estudos vão provar se a quantidade de gás disponível é viável ou não e a que preço, que taxas serão cobradas pelo transporte e a que preço será vendido na África do Sul, qual será a margem e quanto é que pode ser recuperado.

Se a operação não correr conforme, seja porque os investimentos são insustentáveis, seja porque modelos alternativos, como a importação de LNG ou mesmo porque a aposta será na energia hídrica, carvão ou mesmo nuclear, isso tudo são questões que terão de ser tomadas em consideração.

A Anadarko ainda não se pronunciou sobre base logística

ZN: A ExxonMobil está a negociar com a ENI a compra de uma participação na Área 4 e está também interessada na Área 1. Vê benefícios, se a Exxon operar nessas duas áreas?

OM: Sim, vemos benefícios, porque a Exxon é muito experiente. Estão no ramo há muitos anos, estiveram presentes no Médio Oriente, tem uma forte posição financeira e liquidez. Será também importante para a imagem de Moçambique, como um íman para o IDE, porque a Exxon entra em parceria com outras empresas.

ZN: Quando é que será tomada a decisão sobre a utilização da

Base Logística de Pemba?

OM: A Base Logística de Pemba está aberta aos operadores, as tarifas já foram aprovadas e os trabalhos estão em curso. O empreiteiro chinês, CHEC, está empenhado nas obras do porto. Temos os planos já prontos. A dimensão do porto foi redimensionada pelo Conselho de Ministros em 2016, tendo reduzido para 1.200 hectares, com uma zona tampão de 200 hectares e com possibilidade de expansão. Eram 8.000 hectares e pensamos que eram muito.

ZN: A Anadarko mostra-se favorável à utilização da Base Logística de Pemba?

OM: A Anadarko nunca, oficialmente, manifestou reservas sobre a Base Logística de Pemba,

talvez o que se sabe se saiba informalmente, mas não estou em condições de fazer esses comentários, porque a ENH é parte do projecto.

ZN: Já finalizaram a questão do mercado doméstico para a Área 1 ou as negociações ainda estão em curso?

OM: Ainda estão em curso. Foi assinado um memorando de entendimento entre o consórcio da Área 1 e o Instituto Nacional de Petróleo (INP) sobre a quantidade destinada à primeira fase, que é de 100 milhões de pés cúbicos por dia. O Memorando de Entendimento será depois transformado num acordo final e vinculativo, ao abrigo do qual, mais tarde, será discutido o preço.

UM PROJECTO
SOICIFIDE

www.acraya.com

venha sentir o espaço



size matters!

Imagine uma sala para onde poderá convidar todos os seus amigos com conforto e sem problemas de espaço
Visite-nos e sinta-se em casa!



ACRAYA

RESIDENCE

Stand de Vendas:

Av Ahmed Sekou Touré 864

Dívidas secretas podem interessar justiça americana – considera AC

O escândalo sobre os chamados empréstimos escondidos contraídos pelo Governo de Armando Guebuza está longe de ser apenas matéria da alçada da jurisdição interna, a tomar em consideração as últimas conjecturas avançadas pelo África Confidencial, uma publicação britânica especializada em assuntos africanos.

Sugerindo que no plano doméstico pode não haver nem vontade política nem coragem para responsabilizar os autores do que considera “fraude massiva”, o AC refere que o caso pode ser alvo de uma sindicância internacional.

Mas, mais ainda, observa o AC, o facto de a chamada dívida escondida estar denominada em dólares pode levar a justiça norte-americana a interessar-se pelo caso, defendendo que o caso pode desencadear uma jurisdição “de facto” de Washington.

“Apesar de a Procuradoria-Geral da República ter anunciado uma investigação às ilegalidades, os Estados Unidos podem demonstrar interesse, dado o facto de a dívida estar denominada em dólares”, lê-se na análise. O AC lembra que os EUA são o maior doador bilateral de Moçambique, canalizando uma ajuda de USD400 milhões por ano, um pacote que será alvo de uma “dura revisão”. “O melindre de um negócio multibilionário de armas com a Rússia pode facilmente suscitar o interesse dos americanos. Dado o secretismo de todas estas acções, não será surpreendente se mais empréstimos vierem à superfície”, lê-se no texto.

Citando fontes que acompanharam o chefe de Estado moçambicano na sua recente visita à Alemanha, o AC diz que a chanceler Angela Merkel terá questionado o Presidente moçambicano para onde terá ido o dinheiro das avultadas dívidas escondidas.

“Onde está o dinheiro?” e “o senhor Presidente manda?”, diz o AC, que assinala que Filipe Nyusi integrou na delegação o director dos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE), “o esquivo” Gregório Leão, cuja entidade é accionista dominante das firmas que beneficiaram dos empréstimos.

A Alemanha, destaca a análise, terá vendido equipamentos de radares para o programa de segurança marítima inscrito nas actividades das empresas beneficiárias dos empréstimos, tal como a França e a Suíça.

A obsessão dos quadros da Frelimo em manter a unidade do partido faz antever a impossibilidade de responsabilizar os autores dos empréstimos escandalosos, que o AC considera uma verdade lotaria que terá beneficiado gerais, espíões e membros seniores da formação política no poder. “A riqueza de muitos dos beneficiários dos empréstimos – em forma de sumptuosas festas, carros luxuosos e casas opíparas – é tremendamente ostensiva nas cidades moçambicanas”, salienta o AC.

Por agora, considera a análise, Nyusi vai assumindo a culpa. O primeiro-ministro moçambicano, Carlos Agostinho do Rosário, usou o termo para classificar o actual Governo como uma entidade em “transição”, admitindo, com essa expressão, a prolongada sombra de Armando Guebuza nos assuntos do Estado em Moçambique.

A tentativa do terceiro mandato de Guebuza e as dívidas

Para o AC, a generosidade de Armando Guebuza, que terá alegadamente levado à criação de empresas que beneficiaram dos chamados empréstimos escondidos, pode ter sido alimentada pela ganância por um terceiro mandato.

Com as empresas constituídas, considera o AC, Guebuza poderia conseguir comprar lealdades, tentando encontrar formas de assegurar o envolvimento de apaniguados seus nos negócios movimentados por essas firmas.

O plano para o terceiro mandato tornou-se descarado e a criação entre 2013 e 2014 da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), Proindicus e Mozambique Assets Management (MAM) foi o ápice do referido plano.

O desprezo pela Assembleia da República e pelas regras de procurement, numa acção que privatizou

deliberadamente funções de defesa e segurança, resultou no embolso, à fatura, dos bolsos de elites do partido.

Dado que as empresas que se supunha irem beneficiar dos empréstimos, acabaram miseravelmente equipadas, tiveram como destino o colapso.

A Ematum, prossegue o texto, que inicialmente se dizia que se destinava à pesca de atum, não está em actividade e os poucos barcos em operação não conseguem sequer pagar salários. As três empresas referidas detêm igualmente a VIPAS (VIP and Asset Management), que foi criada em Fevereiro deste ano para providenciar serviços de segurança às embaixadas. Não se sabe qual são as perspectivas para a imberbe VIPAS, mas é difícil imaginar que a mesma consiga seduzir diplomatas em Maputo a interessar-se pelos seus serviços, nota o AC.

Banco de Moçambique

A publicação britânica diz que em vários círculos questiona-se se o Presidente Nyusi, ministro da Defesa à

altura dos empréstimos, não estará envolvido nas operações das dívidas, assinalando que essa foi a impressão que se gerou quando o escândalo conheceu a luz do dia.

Porém, o presidente do estaleiro francês que vendeu os barcos da Ematum, Iskandar Safa, terá dito que a sua empresa fez outros negócios com Moçambique.

Um dos negócios terá sido com a Proindicus, detida em 50% pela Monte Binga, empresa do Ministério da Defesa. E, por isso, impossível que Filipe Nyusi não tenha estado ao corrente de negócios dessa magnitude.

Esse cenário pode muito bem explicar a relutância de Filipe Nyusi em ir até às últimas consequências no esclarecimento da fraude das dívidas escondidas, incluindo a responsabilização do seu antecessor Armando Guebuza.

A análise do AC estima que o nível de dívida pública irá brevemente atingir 100% do PIB e o dólar continua nos 55 meticais. As reservas internacio-

nais líquidas estão na região crítica dos 1,4 biliões de dólares e sofreram uma hemorragia no último ano e meio no âmbito dos esforços visando contar a derrapagem do metical.

Fontes próximas do ex-director-geral da Autoridade Tributária, Rosário Fernandes, terão confidenciado ao AC que a instituição terá sido alvo de assédio sistemático para desviar receitas a favor de quadros da Frelimo, principalmente nos últimos anos do consulado de Filipe Nyusi.

Nessa altura, contratos exorbitantemente inflacionados eram um lugar comum. Um dos mais extravagantes regabofes terá acontecido no próprio Banco de Moçambique, quando um helicóptero aterrou no novo edifício da instituição para descarregar material.

Inicialmente estimado em 90 milhões de dólares, o novo edifício do Banco de Moçambique terá conhecido uma derrapagem para 300 milhões de dólares, parte dos quais terão lubrificado a engrenagem de subornos e comissões.



SPX? O QUE É?

Intercâmbio de Parcerias e Subcontratações - SPX é um mecanismo de ligação e de desenvolvimento dos fornecedores locais. Funciona como um centro de informação de negócios, uma rede nacional e global de fornecedores e compradores.

QUAIS OS BENEFÍCIOS DO SPX?

GRANDES EMPRESAS

- ⇒ Base de Dados de Fornecedores locais;
- ⇒ Contacto online com as Empresas da Base de Dados;
- ⇒ Redução de custos de Identificação e Pré-Avaliação de fornecedores.

FORNECEDORES NACIONAIS

- ⇒ Maior Visibilidade;
- ⇒ Acesso e Ligação a uma gama de negócios e grandes empresas Nacionais e Internacionais;
- ⇒ Parcerias, Avaliação e Diagnóstico da Capacidade Produtiva e Capacitação da empresa.

COMO ADERIR ?

- ⇒ Ser uma empresa nacional com potencial para fornecer bens e serviços aos grandes empreendimentos
- ⇒ Ser uma empresa nacional ou internacional
- ⇒ Contactar o CPI para mapear a sua empresa no SPX

OPERADO POR:



APOIADO POR:



CONTACTOS:

Macário Mendonça: mmendonca@cpi.co.mz

Cel.827364640/21313375

SEDE: Rua da Imprensa, Edifício 33 Andares

A Vodacom apresenta



GEORGE BENSON

Convidado Especial:
Seth Suaze feat Majescoral

Campus Universitário da UEM
(Tenda Gigante)

08 JUN | 19h

NORMAL: 2000MT
VIP: 5000MT

Compra o teu bilhete via M-Pesa e ganha um desconto de 5%

Desconto disponível apenas nas lojas Vodacom Sede e Karl Marx

Bilhetes já a venda nas lojas Vodacom Sede e Karl Max, Computicket, Dolce Vita, Polana Serena Hotel, Banco ABC (Agência Matola, Julius Nyerere e 25 de Setembro) ou em www.entradas.co.mz

Patrocinadores:

Parceiros:

Parceiros de media:

Parceiros institucionais: Produção:



Né Afonso

In memoriam do TITIO TURUTÃO !

O Né Afonso nasceu em Quelimane no dia 23 de Fevereiro de 1950. Tinha apenas 5 anos quando começou a tocar piano, por influência dum primo, afinador de pianos, um goês de seu nome Filipe dos Mártires. As irmãs mais velhas do Né Afonso já tocavam. O gosto pela música levou a que o seu pai o inscrevesse numa Escola de Música dum Instituto de Freiras em Quelimane. Não gostou do ambiente que ali se vivia e por isso mesmo Né Afonso deixou o Instituto, porque não estava para aturar aquela coisa de estar ali das 3 às 5 da tarde a ouvir falar das colcheias e semi-colcheias, da clave de sol, ou da pauta, até porque a essa hora ele gostava de estar a jogar futebol com os amigos. Felizmente a “fuga” do colégio não retirou o seu interesse pela música.

Os anos passam e Né Afonso começa a pensar em ingressar num conjunto musical. Tinha 12 anos. O primeiro grupo tinha um nome que estava ligado às brincadeiras de miúdo, aquelas brincadeiras de “cowboys”. O nome do conjunto era “OS JOVENS APACHES”. Foi sol de pouca dura. O grupo desfez-se. No seu horizonte surge outra oportunidade. Ingressa nos “LORDES”, onde tocava o Arnaldo Miranda, um músico quelimanense de grande valor. A determinada altura há um “golpe de estado” nos “Lords” e Né Afonso é retirado do grupo por um senhor chamado Fernando Adão (chegou a ser o responsável administrativo do Emissor Regional da Zambézia, ao tempo em que o Delegado do Rádio Clube de Moçambique era Ângelo Viegas) e que o coloca nos “BLUE TWISTERS”. Esse foi um dos momentos importantes da sua vida artística. Conheceu cançonetistas de renome de Lourenço Marques, muitos dos quais actuavam regularmente no “Programa de Variedades” do Rádio Clube de Moçambique, que vinham cantar no Restaurante da FAE (Feira das Actividades Económicas da Zambézia), como foram os casos de Natércia Barreto, Zito Pereira, Berta Laurentino, Liliana Matos e tantos outros. Convém aqui sublinhar que a Natércia Barreto, popularmente conhecida por Techa, gravou uma canção de autoria de Né Afonso, intitulada “Xitato”.

Para Né Afonso, o carnaval sempre foi um momento importante da vida da sua Zambézia. Ele dizia que Quelimane era algo parecido com Salvador da Bahia, no Brasil. Era no carnaval de Quelimane, que as pessoas tinham liberdade absoluta. Iam para a rua, participavam no corso, entravam nos clubes onde normalmente, por causa da segregação racial, não podiam entrar, andavam mascaradas, podiam ouvir desde o samba à marrabenta. A culinária da sua Zambézia era diferente de todo o País. Ainda



Emilio Manhique, João de Sousa, António Rocha e Né Afonso

hoje é difícil dizer quantos pratos típicos existem. A história da culinária zambeziana leva-nos inevitavelmente à “menina Páscoa”, (chamavam-lhe menina porque não se casou) uma cozinheira de mão cheia. Uma senhora de 70 anos de idade que adorava rodear-se, no frondoso quintal da sua casa, de pessoas amigas, com quem gostava de conviver. Nessa roda de amigos contavam-se histórias e ouviam-se canções, algumas delas dedilhadas pelo Né Afonso. Nos anos 70 quando fui a Quelimane para realizar o programa “Bondiazinho” e posteriormente para fazer a reportagem para as Produções GOLO sobre o carnaval em Quelimane, eu e o Né vivemos essa tradição dos longos almoços à zambeziana, que começavam bem cedo com o mata-bicho e entravam pela noite dentro. A sua vinda para Lourenço Marques foi um choque. Era outra coisa. Confronta-se com um outro mundo. Para trás ficou a pacatez de Quelimane. Na capital da então província ultramarina, toca na Rua Araújo, nos tempos de cabarets como o “Topázio”, a “Cave” ou o “Pinguim”. Ao mesmo tempo estava a fazer o curso de educação física. Né Afonso acabava de actuar às 3 da manhã, dormia até as 7 e depois ia para as aulas. E foi sempre assim até acabar a sua formação. Na Rádio, em Quelimane, com apenas 16 anos de idade, faz programas da criança, uma actividade a que dá continuidade quando ingressa na Rádio Moçambique. E é aqui na capital moçambicana que nasce o “Titio Turutão”, o homem “que sabe tudo” e que cantou, entre outras coisas, a “marrabentinha da criança”.

Como muitos jovens da sua idade, ingressou no exército colonial e foi aí que o 25 de Abril o apanhou. Foi já depois dessa data, que num incidente com a guerrilha da Frelimo foi ferido numa perna, deixando-o

com uma deficiência para toda a sua vida.

Essa desdita não fez esmorecer a sua carreira como radialista. A experiência que tinha recolhido na Zambézia constituiu a base para a gravação do LP denominado “Bons Sonhos” ao qual se segue um segundo disco intitulado “Dez Anos”, gravado em 1985 e que serve para assinalar os 10 anos da independência de Moçambique. Nas duas iniciativas foi apadrinhado pelo António Alves da Fonseca, que na altura desempenhava as funções de Director Comercial da Rádio Moçambique. Da sua obra consta ainda um “single” com histórias infantis e no qual Né Afonso contracena com Álvaro Belo Marques, uma figura da comunicação social que esteve intimamente ligada aos programas culturais que se produziam na nossa Rádio Pública e também na Televisão de Moçam-

bique.

Né tem um papel importante na realização e direcção do Sector de Teatro da RM. Escreve, adapta, traduz, interpreta e dirige actores, com uma mestria impressionante. São de sua lavra alguns poemas e contos que eram integrados no programa radiofónico do mesmo nome, idealizado pelo saudoso Leite de Vasconcelos, nos anos 80. O seriado radiofónico “UNAHITI O GUERRILHEIRO” é de sua autoria.

Não menos importantes foram as suas ideias sobre a criação duma orquestra juvenil. Era preciso encontrar um mecanismo que permitisse manter ocupadas as crianças que acorriam à Rádio. Os instrumentos (alguns) existiam. E tanto quanto o tempo permite recordar, pessoas houve que (para além do Né Afonso) se dedicaram a ensinar as crianças a tocar e cantar. São

exemplos dessa dedicação à causa da formação de jovens músicos, o casal Awendila, (Aweni e Teresa) a Vera Belo Marques e a Luísa Monteiro. Neste projecto, Né Afonso encontra depois em Yana (Samuel Munguambe Júnior) o parceiro que dá continuidade à sua ideia de formação duma Orquestra Infantil. Na altura Yana surge como colaborador, já que ainda se encontrava vinculado ao Ministério da Cultura. A orquestra, que por diversas vezes realizou sessões “ao vivo” no Estúdio-Auditório da Rádio Moçambique, foi o embrião para a formação duma Escola de Música, inicialmente tutelada pela nossa Empresa Pública de Radio-difusão (RM) e actualmente de natureza privada, que, segundo Yana, pode vir a ostentar brevemente o nome de Né Afonso.

Ao lembrar, desta forma bastante resumida, alguns aspectos da vida e obra de Né Afonso, deixo-vos com uma frase que ele me disse, numa entrevista que me concedeu: “não pensem que eu sou um fenómeno. Se aqui na Rádio não tivesse havido muita camaradagem, eu não teria feito o que fiz”.

Calou-se a voz daquele que conquistou o coração da criança. A pequenada de ontem ... os adultos de hoje. Né Afonso deixou-nos no dia da Nossa Senhora de Fátima. A 13 de Maio.

Que descanse em Paz.

“O sol já se foi deitar tão fatigado que está chegou a hora, de fazer oó sonhar, até amanhã... tatá, papá”.
tatá, mamã
estou quase a adormecer”.

João de Sousa
13.05.2016



PROMOÇÃO DO FIM DO MÊS
ACOMODAÇÃO PARA CRIANÇAS MENORES DE 12 ANOS DE IDADE É GRÁTIS



Toque animal fazenda
Família ambiente amigável
Seguro e protegido
luxuosas acomodações
Restaurante
Perto de Hospital
Atrações locais, tais como :
cassino
Kruger National Park
Blyde River Canyon
Centro de compras

Apenas exclusivo para Moçambique
Termos e condições aplicáveis
reservations@bundulodge.co.za
Reservas antecipadas são essenciais
Tel: 013-758 1222

www.bundulodge.co.za
R40 Main Road
WHITE RIVER / NELSPRUIT

Manuela Soeira sobre as dívidas

“O país está a ser engolido por meia dúzia de pessoas”

- enquanto isso, embaixadora sueca em Maputo diz que responsabilização é importante

Por Armando Nhantumbo

Numa altura em que a indignação do povo ameaça dar em manifestações, este fim-de-semana, em protesto ao elevado endividamento e guerra que mata e destrói no centro do país, a encenadora e atriz, Manuela Soeiro, uma mulher cuja trajectória se confunde com a história do teatro moçambicano, olha para o Moçambique de hoje com lágrimas e considera os servidores públicos que endividaram o país como os piores inimigos do povo.



Manuela Soeiro

Interpelada pelo SAVANA, na última quarta-feira, em Maputo, momentos depois de participar de uma homenagem à antiga embaixadora da Noruega, Mette Masst, que perdeu a vida a 27 de Abril passado, em Oslo, Manuela Soeiro, visivelmente agastada com o endividamento do país pelo Governo de Armando Guebuza, da Frelimo, disse que meia dúzia de indivíduos está a viver à grande e à francesa à custa do povo.

Aliás, ao passar o seu testemunho na homenagem a Mette Masst, a atriz e encenadora que descreveu a antiga embaixadora da Noruega como uma combatente contra a corrupção, até mencionou uma peça teatral que aborda a corrupção e que, segundo ela, apesar de ter sido feita na Rússia, há mais de um século, retrata o Moçambique de hoje.

De acordo com Soeiro, que no teatro encontra o seu refúgio, trata-se de uma peça que mostra quem são, de facto, os inimigos de uma sociedade.

“A peça foi há 150 anos na Rússia, mas se quisermos adaptá-la para Moçambique vamos ver que há uma relação, na medida em que estamos a ver o país a ser engolido por meia dúzia de pessoas e o povo a ficar cada vez mais na miséria”, deplorou.

Sobre a responsabilização daqueles que atropelaram a Lei para endividar toda uma geração, a nossa entrevistada tem uma opinião: “se Moçambique ou o Governo não está a tomar uma posição, é porque há muita gente envolvida e uma pessoa sozinha não faz, embora tenha o poder de fazer, mas há muita gente que esteve conivente e que está no poder agora”, disse, defendendo que, numa situação normal, este era o momento de “as pessoas que estão no poder tomarem uma atitude radical, dizerem sim senhor, foi feito por este e aquele, dizendo os nomes”.

Descreve a situação como triste porque é um povo inteiro que vai sofrer “destas coisas” quando meia dúzia de indivíduos está a viver a grande e à francesa à custa do povo. Para Soeiro, se Mette, que na sua passagem por Moçambique deixou uma marca indelével na luta contra a corrupção e pela boa governação, estivesse viva, ela não estaria satisfeita pela actual situação do país

porque ela lutava, exactamente, por um Moçambique melhor.

“O que ela faria era cada vez mais incentivar os moçambicanos a lutarem contra isso porque ela tinha um espírito muito digno e forte. Ela inspirava com as suas palavras, sem entrar na demagogia de agitar. Ela não agitava, mas queria que as coisas fossem feitas com muito rigor, que era uma forma de combater a corrupção. Ela própria assumia o seu papel como Embaixadora, como Chefe de Cooperação, enfim, porque ela exigia o rigor nas coisas” lembra com nostalgia.

“Estamos desapontados” – embaixadora da Noruega

Quem o diz é a embaixadora da Suécia, Schoulgin Nyoni, que, mais do que isso, destaca que a importância da responsabilização. Também interpelamo-la à saída da embaixada da Noruega, para onde foi se juntar a cerca de 50 outras pessoas, dentre diplomatas, sociedade civil e académicos que renderam homenagem a Mette Masst, a antiga embaixadora norueguesa em Moçambique, que a 27 de Abril passado partia para uma viagem sem regresso, depois de uma luta terrível contra um cancro que a afastou irreparavelmente do convívio.

Num breve contacto com o SAVANA, Schoulgin Nyoni, apesar de ser uma mulher sorridente, não disfarçou a sua indignação sobre a actual difícil situação de um país empurrado para dívidas insustentáveis e guerra não declarada.

A embaixadora, cujo país integra o grupo dos Parceiros de Apoio Programático Europeu, vulgo G14, que suspendeu financiamentos a Moçambique exigindo esclarecimentos de dívidas ocultas na ordem de USD 1.4 mil milhões, afirmou que “todos estamos desapontados com essas coisas que acontecem aqui”.

Numa altura em que algumas correntes defendem que as suspensões, em bloco, de ajudas financeiras ao

país visa pressionar as autoridades de Maputo a responsabilizar os arquitectos do endividamento público, Nyoni, cautelosa, disse que esse parece ser um sentimento generalizado até dos próprios moçambicanos, o que dá um pouco de esperança à diplomata.

“Parece para mim que toda a sociedade moçambicana quer isso (responsabilização) agora, isso é que é importante e é isso que me dá um pouco de esperança nesta situação”, confessou a embaixadora da Suécia, um dos maiores financiadores de Moçambique.

Entende que a crise económica, aliada à crise política e à seca, torna difícil a luta colectiva pelo bem-estar dos moçambicanos.

“Nós queremos tanto que tudo ande bem para este país, mas com estas crises está tudo difícil”, desabafou a embaixadora, acrescentando que “uma crise apenas seria suficiente para ser difícil, mas agora há, pelo menos, três: política, económica e a seca”.

Vinca que são desafios enormes para o país que, mais do que nunca, tem de tudo fazer na busca de soluções.

Questionada sobre o significado de homenagear Mette Masst, numa situação difícil de guerra não declarada, de dívidas insustentáveis e com manifestações de indignação à vista, Schoulgin Nyoni lembrou a antiga embaixadora da Noruega como uma pessoa igual à maioria dos nórdicos, que sempre se bateram em prol da boa governação e direitos humanos entre outras questões que, segundo a nossa entrevistada, não devem ser sensíveis de discutir.

Questionada se a malograda hoje estaria ou não satisfeita com o cenário que se vive, a fonte respondeu: “eu acho que ela (Mette Masst), como todos nós, estamos um pouco tristes hoje em dia, mas estamos aqui para tentar fazer o que nós podemos para apoiar o povo”.

Mette Masst morreu preocupada

O esposo da homenageada, Helge Ronning, há muitos anos em Moçambique, não tem a mínima dúvida que se Mette Masst estivesse viva, ela não estaria satisfeita com o que se passa no país que considerava sua segunda casa.

“Até à sua morte, ela estava muito preocupada com a situação aqui. Uma das coisas que discutimos era a situação de Moçambique e ela era muito crítica porque disse sempre que era possível resolver esta crise, mas depende da vontade dos políticos e os políticos aqui não têm a vontade de resolver os problemas”, revelou Helge Ronning, vincando que ela dedicou a sua vida a lutar contra a corrupção por ser uma atitude intolerável.

Questionado se, nessas conversas com a sua esposa, ela mostrava-se a favor ou não da responsabilização, disse: “ela era a favor da democracia e a democracia também inclui o direito das minorias, não é possível ter uma democracia, sem direitos para as minorias políticas, étnicas e outras”.

Em representação da Noruega, Øyvind Udland Johansen, ministro conselheiro da Embaixada daquele país nórdico em Maputo, disse ao SAVANA que homenagear Mette significa recordar uma muito boa colega e talvez o norueguês que tinha maior conhecimento sobre Moçambique mais que ninguém na Noruega.

Acrescentou que Mette Masst parte num momento em que Moçambique precisa de pessoas como ela. Sobre as dívidas, diz que Mette, sendo uma amiga de Moçambique, também pensava que era necessário fazer a crítica, até porque entre amigos, há que se falar directamente e num tom aberto, sobretudo numa situação crítica como a de Moçambique, endividado e com uma guerra a deflagrar na região centro.

Questionado sobre a responsabilização, o diplomata recusou-se a

aprofundar, alegando que se tratava de uma pergunta complicada, assegurando contudo que, através do G14, há um diálogo entre os parceiros e o Governo, sendo que o mais importante é manter esse diálogo.

Na cerimónia da última quarta-feira, que terminou com o lançamento de flores nas águas do mar, houve espaço para apresentação de mensagens de homenagem à malograda.

Na ocasião, a sociedade civil, através de uma mensagem apresentada pelo Director do Centro de Integridade Pública (CIP), Adriano Nuvunga, disse que Mette Masst inspirou os moçambicanos e fez da sua vida uma escola para o sofrido povo. Recordou uma mulher simples que não se importava com os títulos, mas metódica na promoção da transparência e integridade.

Mesmo sem dinheiro, disse Adriano Nuvunga, a antiga embaixadora da Noruega sempre esteve sempre disposta para discutir sobre o progresso da sociedade, mesmo quando parecia não haver soluções.

“Ela trabalhou sempre para o desenvolvimento sócio-económico, em particular a inclusão das camadas mais desfavorecidas” destacou, agradecendo, através do esposo presente no evento, o facto de o casal ter deixado a Noruega, um país desenvolvido, para servir Moçambique.

Por sua vez, o jornalista e Presidente do Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS), Tomás Vieira Mário, lembrou que Mette Masst foi uma activa apoiante da Comunicação Social.

Aliás, disse que a Comunicação Social moçambicana beneficiou dos esforços da malograda, sobretudo, para que houvesse uma media pluralista, incluindo a implantação de rádios comunitárias.

“Aprendi o rigor, mas também a amabilidade e simpatia dela. Aprendi muito dela e a sua morte é um choque” afirmou.



Schoulgin Nyoni



Documento de Posicionamento da Sociedade Civil XVIIª Sessão do Observatório de Desenvolvimento da Província de Maputo

Sua Excelência Governador da Província de Maputo;
Sua Excelência, Presidente da Assembleia da Província de Maputo;
Meritíssima Juíza Presidente do Tribunal Judicial Provincial;
Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal Administrativo Provincial;
Digníssima Procuradora Chefe Provincial;
Senhores Membros e Convidados do Governo Provincial;
Senhores Administradores Distritais;
Senhores Presidentes dos Conselhos Municipais;
Respeitados Representantes das Autoridades Comunitárias;
Distintos membros das Organizações da Sociedade Civil;
Estimados Convidados;
Minhas Senhoras e meus Senhores.

Na qualidade de Organizações da Sociedade Civil (OSC) da Província de Maputo, representadas pelas Plataformas Distritais, agradecemos o convite endereçado pelo Governo da Província de Maputo para a nossa participação na XVIIª sessão do Observatório de Desenvolvimento.

Antes de mencionarmos as nossas contribuições para os pontos de agenda da presente sessão, gostaríamos de manifestar a nossa solidariedade para com as vítimas das calamidades naturais, que atingiram os distritos Manhica, Magude, Matutuine, Boane, Moamba, Marracuene e Namaacha nos finais de 2015 e princípios de 2016.

Também gostaríamos de congratular o Governo do Distrito de Marracuene pela realização da I Sessão do Observatório Distrital, marco importante no processo de promoção de boa governação e prestação de contas.

Todavia, não terminariamos esta secção inicial do documento sem mencionarmos que nos aliamos às demais organizações e instituições que se mostram preocupadas com o nível de endividamento do país contraído pelo Governo nos últimos anos. Esta situação contribuirá significativamente para a agudização da crise política, económica e social no país e no agravamento das condições de vida da população. Apreciamos e saudamos a Intervenção de Sua Excelência Carlos Agostinho do Rosário, Primeiro-ministro da República de Moçambique, sobre a Situação da Dívida Externa de Moçambique para a clarificação da situação da dívida.

Contudo, também acompanhamos com apreensão a informação por parte de doadores, como os Parceiros de Apoio Programático, o Reino Unido, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e recentemente dos Estados Unidos da América, dando conta da suspensão e revisão da assistência ao Orçamento do Estado e aos programas de desenvolvimento do país, face ao nível de endividamento do Estado Moçambicano.

Excelências,
Como cidadãos, contribuintes e representantes das OSC da Província de Maputo, reconhecemos a importância dos esclarecimentos de Sua Excelência Primeiro-Ministro, entretanto, solicitamos informação adicional sobre: como o Governo vai cumprir com os seus compromissos económicos e sociais face ao défice do Orçamento do Estado agudizado pelas medidas dos doadores; como serão assegurados os investimento nas área de saúde, HIV/SIDA, educação, infra-estruturas, agricultura e emprego face a redução do apoio programático; quais são as implicações da redução do apoio ao Orçamento do Estado e do Apoio Programático para o PESOP de Maputo; que estratégia o Governo vai adoptar para cumprir com o PESOP 2016 e; que medidas estão a ser adoptadas para minimizar o agravamento do custo de vida da população da província de Maputo em particular, e do país, no geral que já debatem-se com o aumento dos bens de primeira necessidade.

Além da preocupação com a situação acima exposta, na presente Sessão do Observatório de Desenvolvimento teremos a nossa atenção concentrada nos seguintes pontos:

- Assuntos apresentados pelas Plataformas Distritais na 16ª Sessão do Observatório de Desenvolvimento;

- Análise do Balanço do Plano Económico Social da Província 2015;
- Análise do Plano Económico Social de 2016;
- Análise da prestação dos serviços públicos na Província de Maputo.

Preocupações apresentadas pelas Plataformas Distritais na XVI Sessão do Observatório de Desenvolvimento

Na 16ª Sessão do Observatório de Desenvolvimento, a Sociedade Civil apresentou as seguintes preocupações, das quais solicitamos esclarecimentos do Governo:

- Reabilitação da ponte sobre o rio Machanganini no distrito de Magude;
- A ambulância deixada pelo Padre da Igreja Católica à comunidade de Sabié, a qual foi transferida a Sede distrital, deixando a comunidade sem meio para o transporte de doentes em situação grave e que necessitam de cuidados especiais de saúde;
- Pagamento de valores elevados, mesmo sem a leitura dos contadores de água na Matola;
- Cortes constantes de energia, o que compromete o rendimento pedagógico dos alunos do curso nocturno;
- Falta de Transportes Públicos de passageiros no Bairro de Tsalala.

Análise do Balanço do Plano Económico Social da Província 2015

Da análise feita ao balanço do PES, gostaríamos de manifestar o nosso apreço aos esforços e iniciativas do Governo, no sentido de promover o bem-estar da nossa população. Entretanto, gostaríamos de solicitar um esclarecimento da parte do Governo sobre os seguintes aspectos:

- O balanço refere que foram criados 44 núcleos Distritais antidroga e todos na cidade da Matola. Tendo em conta que em todos os distritos há consumo de drogas, porquê que a acção não abrangeu outros distritos? Qual é o impacto da criação destes núcleos?
- Quais foram os resultados da monitoria da importação de produtos suspeitos? (página 45)
- No que se refere a componente de acção social, gostaríamos de perceber quais as estratégias que estão a ser adoptadas para redução de números de doentes mentais, na sua fase inicial, que se encontram nas ruas?
- Em relação ao financiamento de projectos para os combatentes, o Balanço refere que foram financiados 3 combatentes. Entretanto, foram melhoradas condições de 10 combatentes e seus dependentes. Gostaríamos de ter explicação sobre este ponto (página 38);
- O balanço do PES refere ainda que no distrito de Marracuene foram construídas e reabilitadas 9 fontes de água. Entretanto, o balanço do PESOD de Marracuene, refere que foram construídas 5 e reabilitadas 8;
- Em relação a abertura da rota de transportes semi-colectivos Manhica - Cidade da Matola, os transportes circularam por pouco tempo e já não existe esta rota.

O que ditou o encerramento desta rota?

- O relatório refere que foram realizadas actividades de manutenção de estradas em todos os distritos, mas temos casos de distritos que não beneficiaram desta acção. Por exemplo o distrito de Matutuine. Gostaríamos de saber quais são as estradas que se beneficiaram de manutenção?
- E por fim, no que se refere a formação de juizes e tribunais comunitários, notamos que há uma disparidade entre a meta atingida e o ponto de situação da acção.

Análise do Plano Económico Social 2016

Da análise feita ao PES 2016, notamos a existência de questões que merecem a atenção do Governo, a saber: informação incompleta no que diz respeito a localização das actividades e a meta a alcançar. São exemplos dessas acções as seguintes:

- O PES não faz menção do número de pessoas a alcançar com as campanhas de registo de crianças;
- Não está indicado local da realização de feiras comerciais (página 35);
- Não está indicado o local e o número de beneficiários/camponeses da construção do sistema de irrigação nos distritos identificados;
- Não está indicado o número de estabelecimentos laborais a serem fiscalizados em Marracuene e Magude;
- Foi planificado a aprovação de cerca de 110 projectos de investimentos a nível da Província de Maputo. Gostaríamos de perceber por que é que se propõem a monitoria de apenas 55 projectos?

- Não tem informação sobre indicadores de produto, periodicidade e número de beneficiários para a formação e capacitação de Empreendedores de Micro, Pequenas e Médias Empresas em Matéria de agroprocessamento;
- Informação incompleta sobre as embarcações a serem adquiridas. Para além de a frase não estar completa, gostaríamos de saber como serão distribuídas 5 embarcações para 5 mulheres e 5 homens;

Assim, gostaríamos de solicitar a inclusão da informação em falta de forma a facilitar o trabalho de monitoria por parte da Sociedade civil. Além do exposto acima, constatamos ainda um conjunto de acções planificadas a serem realizadas no distrito da Matola que no entender das Plataformas distritais, não carece de tais acções. São exemplo destas as seguintes:

- Vedação da Escola Secundária da Matola;
- Construção de tanques carrecedas na cidade da Matola, em detrimento de distritos com maior efectivo de gado bovino;
- Construção de sistemas de irrigação na Cidade da Matola;
- Construção da casa de cultura provincial.

Ainda sobre a análise do PES, gostaríamos de propor algumas acções com vista a abranger maior número de cidadãos, bem como utilizar o orçamento de forma eficiente, a saber:

- Realização das campanhas de combate à droga nas escolas secundárias, parques e outros locais de grande aglomeração;
- A distribuição do material educativo deve ser acompanhada de uma marcha. Aliado a isso, propomos o envolvimento dos ex-toxicod dependentes nas campanhas de combate a droga;
- Ao invés de construir o mercado de peixe em Marracuene, devia-se reabilitar e apetrechar o mercado existente no distrito.

Análise da prestação dos serviços públicos na Província de Maputo

No âmbito da implementação das suas actividades, a Sociedade Aberta realizou um estudo sobre a avaliação da Implementação dos Princípios e Normas Orientadoras da Prestação de Serviços Públicos de Educação e Saúde nos distritos de Marracuene, com os seguintes objectivos específicos:

- i) Mapear a legislação orientadora da prestação de serviços nos sectores de saúde e educação;
- ii) Analisar o grau de conhecimento da legislação por parte do provedor assim como do cidadão (utente);
- iii) Avaliar o nível de sua implementação.

O estudo mostrou que apesar de existirem normas e princípios que orientam a prestação dos serviços públicos, o nível de conhecimento dos mesmos ainda não é satisfatório para os utentes e provedores dos serviços de Namaacha e Marracuene. O principal factor que está por detrás desta situação é a linguagem excessivamente técnica usada nas leis e instrumentos orientadores, facto que não desperta interesse na leitura por uma população com baixo nível ou sem escolarização. As implicações desta situação reflectem-se no baixo nível de exigências por parte dos utentes e conseqüente fraca qualidade dos serviços por parte dos servidores.

O estudo constatou que o fraco conhecimento da legislação contribui para que o comportamento e práticas do servidor público não estejam em conformidade com o previsto nos instrumentos normativos, prejudicando a prossecução dos interesses públicos e que os cidadãos, de forma singular e colectiva participem ou influenciem as decisões que tenham por objecto a defesa dos seus interesses.

Contudo, existem alguns aspectos com bom desempenho, nomeadamente, a disponibilização de informação aos utentes sobre a triagem onde os utentes devem se dirigir, local onde adquirir atestado médico, local e início das matrículas e existência de caixas de reclamações nos Serviços Distritais de Saúde e Educação Juventude e Tecnologia e na Secretaria dos Governos Distritais de Namaacha e Marracuene, apesar de não serem devidamente usadas e da resposta às demandas ainda ser fraca.

Assim gostaríamos de apelar ao Governo a desenvolver actividades com vista a aumentar o conhecimento sobre a legislação tanto da parte do servidor quanto dos utentes a fim de melhorar a qualidade dos serviços públicos.

Os Signatários,

Sociedade Aberta,
Plataformas Distritais de Namaacha, Marracuene, Boane, Moamba, Manhica, Magude, Matutuine, Matola, UNICOTRAMA e UTRAMAP.

Parceiros:



Vai daki.

Directo ao teu Banco.

Faz também as operações bancárias via celular, net, POS ou ATM, de forma cómoda, fácil e segura :

- Consulta de saldos ou movimentos;
- Pagamento de Serviços;
- Compra de recargas (Energia, celular, etc.);
- Transferências.

O melhor vem daqui.

Recursos naturais estão a virar um pesadelo para o Governo e investidores

Multinacionais rendem-se à crise, mas não vergam

- Executivos da Anadarko, Vale, Kenmare e Sasol dizem que tiveram de tomar medidas difíceis para salvar o barco

Por Raul Senda

Depois dos fogos de artifícios que se lançaram com a descoberta de grandes reservas de recursos naturais, onde se conjecturava que o país estaria em pouco tempo entre a lista dos dez maiores produtores de carvão e dos vinte maiores produtores de gás natural no mundo, Moçambique vive agora um autêntico frenesim com as principais multinacionais a terem de recorrer a uma calculadora. As contas são difíceis e os recursos naturais podem tornar-se num pesadelo.

Enquanto na bacia do Zambeze, mais concretamente na província de Tete, anunciava-se o arranque da exploração das grandes reservas do carvão mineral, no litoral da província de Nampula, anunciava-se a descoberta de grandes jazigos de areias pesadas, uma matéria-prima indispensável na indústria de tintas e da construção.

Por outro lado, mais ao norte do país, na bacia do Rovuma, revelava-se a descoberta de grandes reservas de gás natural. Multinacionais como a italiana ENI, a americana Anadarko, a brasileira Vale, a australiana Riversdale, que mais tarde vendeu seus activos à também australiana Rio Tinto, viraram suas atenções para Moçambique.

Quer o carvão mineral, o gás natural bem como o zarcão e ilmenite eram produtos com preços altamente cotados no mercado internacional. A procura era também maior. Só na bacia do Zambeze (Tete) estimava-se que as reservas de carvão atingiam cerca de 1.340 milhões de toneladas. O gás natural descoberto na bacia do Rovuma calculava-se em cerca de 200 trilhões de pés cúbicos enquanto no então distrito de Moma, actual Larde, em Nampula, falava-se de reservas de areias pesadas na ordem dos 163 milhões de toneladas a serem explorados por mais de 120 anos. O preço desses produtos no mercado internacional era bastante atraente. Enquanto o barril de petróleo era vendido a 100 dólares, a tonelada de Zarcão e ilmenite custava 300 dólares. Por seu turno, o gigajoule de gás natural transacionava-se a 20 dólares e o carvão era vendido a 120 dólares. O momento foi aproveitado pelas grandes multinacionais como a Ri-



John Peffer, Anadarko



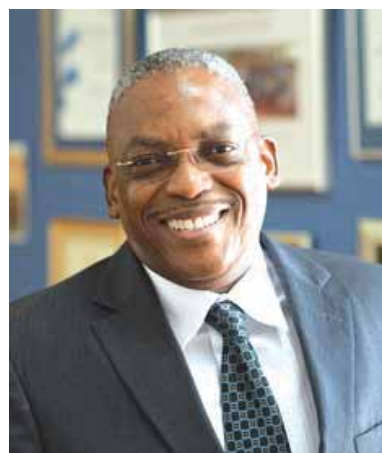
Os recursos naturais que prometiam virar o rumo do país para a prosperidade estão a transformar-se num pesadelo

versdale para transacionar seus activos nas concessões mineiras e nos hidrocarbonetos e, daí, facturar milhões de dólares. O Governo também não ficou atrás no meio desta corrida e na dança dos activos das multinacionais foi recolhendo as mais-valias.

Para Tete e Cabo Delgado várias empresas nacionais e estrangeiras rumaram à busca de oportunidades de negócios e vender seus serviços às grandes companhias. Sectores como hotelaria, rent-a-car, construção civil, segurança privada ganharam espaço. As multinacionais também não pararam, muitas foram ao mercado financeiro internacional pedir créditos para ampliar a sua esfera produtiva.

No entanto, a bonança não durou muito tempo. Em 2013 começaram a exteriorizar-se os primeiros sinais da tempestade que ganhou mais velocidade em 2014 e que se prolongou até aos dias de hoje.

Os preços das matérias-primas baixaram de forma vertiginosa. O gigajoule de gás natural caiu de 20 dólares para cinco, o carvão de 120 para 40, o zarcão e ilmenite de 300 para 60 dólares americanos.



Mateus Zimba, Sasol

A baixa de preços alia-se à escassez de mercado porque os países que eram exportadores desses recursos viraram importadores e com o custo de produção muito baixo quando comparado com Moçambique, onde nem logística para o escoamento do produto existe. Como consequência directa, as multinacionais estão super endevidadas, os custos de produção estão acima do preço do produto final e o mercado está asfiziado.

O engasgo é tão enorme de tal forma que todas as multinacionais que operam em Moçambique estão a fazer reformas difíceis. As medidas resumem-se no corte de investimentos e de serviços sociais, despedimentos de trabalhadores, venda de participações e baixas nas contribuições fiscais.

O Governo está a par desta situação e diz que é preciso se ponderar o consumo interno como alternativa, tanto para a geração de energia e produção.

As lágrimas das multinacionais

O calvário vivido no sector de hidrocarbonetos, sobretudo na área de gás natural, foi contado por John Peffer, director da Anadarko em Moçambi-



Marcio Godoy, Vale Moçambique

co, e Mateus Zimba, director-geral da Sasol Moçambique, nesta segunda-feira, durante a conferência sobre a queda de preços das matérias-primas na indústria extractiva e suas consequências para o Governo e investidores. Organizada pelo Governo em parceria com o PNUD, a conferência juntou o governo, as multinacionais e a sociedade civil. Durante o encontro, John Peffer referiu que o negócio de gás natural é altamente sensível, pelo que todos os processos de pesquisa, prospecção, exploração e comercialização devem ser tomados com tamanha cautela.

Antes de falar da crise que abala o sector, John Peffer resumiu o projecto da Anadarko na bacia do Rovuma, referindo que a companhia está a avançar em três linhas que vão conduzir o projecto de exploração de gás natural. Apontou a questão do quadro legal e contratual para o desenvolvimento do Gás Natural liquefeito (LNG), o projecto de financiamento e de contratos a longo prazo.

A multinacional refere, igualmente, que está a trabalhar com os empreiteiros que vão construir e instalar a planta de liquefação de gás natural no sentido de se ver as oportunidades para reduzir os riscos de execução, quando o projecto iniciar.

Apesar destas informações optimistas, existe alguma apreensão em relação à possibilidade de a Anadarko avançar com a decisão de investimento no decurso deste ano, visto que devido à crise de preços das matérias-primas no mercado internacional, que se regista desde 2014, o grupo Anadarko espera uma redução para mais de metade nos investimentos em todos os seus projectos a nível global e Moçambique será um dos afectados este ano.

Justifica esta situação alegando que o processo de produção de LNG é bastante complexo, sendo que, antes de avançar para a exploração, é preciso identificar o mercado e conseguir contratos a longo prazo, o que neste momento é muito difícil. O mais alto responsável da Anadarko em Moçambique sublinha que o contrato a longo prazo para fornecimento do gás natural é importante para convencer os financiadores. "Hoje, alguns importadores de gás natural estão a virar exportadores, estão a investir em energias renováveis, logo o mercado está a ficar mais saturado. Ademais, não basta encontrar o comprador, é preciso ser um contrato de compra a longo prazo. Só nessa condição é possível convencer os financiadores", disse.

Porém, quando as obras terminarem, os preços baixaram de 300 para cerca de 60 dólares a tonelada. Assim, de 2013 até ao momento, a empresa está a viver de baixo de sufoco e a somar prejuízos anos após anos. Disse que em 2014 a companhia registou um prejuízo na ordem de USD100 milhões e, no ano passado, uma baixa de cerca de USD60 milhões. Esta situação obrigou a empresa a tomar medidas com vista a evitar a paralisação da produção.

Assim, a Kenmare despediu 161 trabalhadores, baixou as receitas fiscais, congelou o aumento de salários durante o ano de 2015 e baixou investimentos nas áreas sociais e comunitárias. Por seu turno, a Vale diz que com a crise viu-se obrigada a buscar financiamentos e investir nas infra-estruturas logísticas, a fim de tentar rentabilizar a produção.

Marcio Godoy, director da Vale em Moçambique, disse que a companhia investiu um total de nove mil milhões de dólares na fortificação da capacidade de produção, o que culminou com a abertura de duas minas no distrito de Moatize, na construção de linha férrea de mais de 900 quilómetros, que parte de Tete até ao porto de Nacala, para além do próprio porto das águas profundas.

Segundo Godoy, as novas infra-estruturas vão aumentar os níveis de exploração de cinco milhões de toneladas ao ano para perto de 20 milhões de toneladas, facto que a longo prazo irá minorar os custos de produção. Revelou que o facto da empresa ter investido não implica que o negócio está a correr devidamente.

Em 2014, a Vale Moçambique registou prejuízos na ordem de USD507 milhões. Esta situação obrigou a empresa cortar alguns serviços, regalias e a diminuir a mão-de-obra, sobretudo expatriada. Continua referindo que a companhia está à busca de parceiros para participarem na gestão da linha férrea assim como o porto de Nacala-a-Velha. Neste momento, estão a decorrer negociações com a companhia japonesa Mitsui para aquisição de 15% da participação da Vale na mina de Moatize e 50% das acções da companhia brasileira na linha férrea de Moatize ao porto de Nacala-a-Velha assim como do próprio porto.

"Só assim é que poderemos honrar com os nossos compromissos juntos às instituições financeiras", disse.

Governo abstém-se das suas responsabilidades

Casimiro Francisco, Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Empresa Moçambicana de Exploração Mineira (EMEM), diz que é uma realidade que os preços das matérias-primas estão a prejudicar grandemente o sector dos grandes projectos. Contudo, esta situação está a ter contornos dramáticos porque, segundo Francisco, o Governo nada fez para dotar o país duma logística capaz de responder às exigências desta envergadura.

Sublinha que, em qualquer país, é papel do Estado criar condições logísticas, sobretudo, da vertente pública, para o desenvolvimento de qualquer projecto desenvolvimentista. Verifica-se que em Moçambique as empresas envolvidas nas concessões mineiras e de hidrocarbonetos investiram muito dinheiro nas pesquisas e na criação de condições para o desenvolvimento das suas actividades e o Estado absteve-se de cumprir com o seu papel de criar condições de apoio como é o caso das vias de escoamento, energia, portos, segurança para além da legislação adequada à realidade.

Usando o sector de carvão como exemplo, Casimiro Francisco disse que as mineradoras investiram muito dinheiro na esperança de que o Governo colocaria a linha de Sena bem como do Porto da Beira em boas condições para o transporte de carvão para os principais mercados, o que não veio acontecer e as empresas ficaram grandemente prejudicadas.

"As empresas endividaram-se para desenvolver as suas actividades atraídas pela alta de preços de matérias-primas no mercado internacional. Por razões imprevisíveis, os preços caíram. Isso já representa prejuízos para os investidores. Agora, imaginem uma situação em que nem há infra-estruturas capazes para levar esse produto

ao mercado. Como é que as coisas ficam? Claro que péssimos" lamentou. Revela que a logística é a peça-chave para o sucesso de qualquer grande projecto e para atrair outros. Recordou que para a Mozal se instalar em Moçambique é porque recebeu garantias da ESKOM de que teria energia e isso está a acontecer. O mesmo já não acontece com a Kenmare em Nampula. Enquanto o PCA da EMEM aponta a falta de condições logísticas como a razão que está a agravar os prejuízos provocados pela queda de commodities, o economista Regendra de Sousa aponta a não aposta na educação como a principal fragilidade.

Segundo o economista, não há desenvolvimento possível sem a potenciação do capital humano. Diz que os governos passam, o parlamento aprova e altera leis, mas o capital não muda de um momento para o outro. "Ouvimos muita coisa sobre os mega-projectos. Fala-se de grandes investimentos nos equipamentos, na tecnologia, nas infra-estruturas da logística, nas revisões legislativas, mas ninguém leva a sério a questão de formação de recursos humanos. A educação é fundamental, porém não é relevante para arrancar com as suas actividades, todas as empresas são obrigadas a importar a mão-de-obra. Se do ano em que iniciaram estas actividades a esta parte se tivesse apostado na formação, teríamos moçambicanos competentes e capazes de responder aos novos



Tomás Vieira Mário, Sekele Kane



Fátima Mimbire, CIP



Casimiro Francisco, EMEM

desafios", frisou, acrescentando que há necessidade de o Governo apostar seriamente na educação porque com o conhecimento pode-se domesticar os recursos naturais e servir com maior rentabilidade dentro do país.

Se Regendra de Sousa defende a formação do homem como elemento fundamental para a rentabilização dos recursos naturais, Tomás Vieira Mário, jornalista/jurista e activista social, defende a necessidade da integração e coordenação de sectores-chaves da parte do Governo. Tomás Vieira Mário refere que cada vez que o novo Governo inicia actividades baralha toda a estrutura ministerial anteriormente existente. Para além de criar uma situação de imprevisibilidade, esta situação desperdiça experiências porque os técnicos que antes desempenhavam uma actividade coordenada dentro de uma instituição, amanhã são espalhados por vários e automaticamente ficam sem contacto nenhum. "Estamos sempre a integrar e desintegrar ministérios. Isso dificulta a preservação do conhecimento institucional. Nestas condições é difícil planificar e executar com precisão o planificado" lamenta.

Desafios para contornar a crise Para a pesquisadora do Centro de Integridade Pública (CIP), Fátima Mimbire, o crescente interesse pelos recursos minerais de Moçambique, com o consequente aumento do volume de investimentos, não foi acompanhado pela criação de condições adequadas para que o país

pudesse captar os ganhos daí resultantes, o que condicionou os níveis de produção, sobretudo dos projectos de carvão. Sublinha que o declínio dos preços das matérias-primas veio tornar, ainda mais, incerto o desenvolvimento dos recursos minerais em Moçambique. Esta situação veio a ser agravada com a falta de infra-estruturas logísticas, o que fez com que as minadoras não explorassem nem metade da capacidade instalada. Mimbiri diz que enquanto a crise não passa é necessário que o país se foque na criação de condições que possam tornar os recursos do país competitivos, atraindo mais investidores, bem como benefícios para a população. Sublinha que é necessário que se preste atenção devida às actividades que as empresas vêm desenvolvendo, num exercício de aprendizagem para o futuro.

Entende que a presente crise deve ser encarada como uma oportunidade para Moçambique rever os seus instrumentos, de modo a ver como pode melhorar usar os seus recursos e reduzir a dependência em relação à sua exportação. Mimbiri concorda com a ideia de que se deve apostar na formação de recursos humanos. Contudo, a formação não pode ser levada de forma a somar números, mas de forma que responda às necessidades actuais e futuras, recomendou Mimbiri.

EDITORIAL

Uma possível caminhada para a paz

Com uma dívida que muito em breve poderá ultrapassar 100% do seu Produto Interno Bruto (PIB), e a braços com uma guerra, Moçambique está num estrangulamento o tempo para a saída do qual se torna cada vez mais escasso.

É urgente agir para que o país continue a existir como uma entidade viável, capaz de preservar a sua própria soberania e a sobrevivência do seu próprio povo.

A actual crise deve servir também de uma lição sobre a necessidade de reforçar as instituições do Estado, evitando que situações do género voltem a acontecer no futuro. É preciso que o parlamento deixe de ser apenas um instrumento para sufragar as decisões do executivo, que a Procuradoria Geral da República seja um verdadeiro garante da legalidade e para que os tribunais resgatem a sua independência. A dívida, apesar de se achar insustentável, pode ser gerida se o governo negociar e alcançar um acordo com os credores sobre um plano de amortização menos sufocante. Os parceiros internacionais que anunciaram a suspensão dos seus apoios ao país poderão também ser persuadidos a retomar os seus programas perante um compromisso forte da parte do governo de que irá respeitar os compromissos assumidos com eles e permitir que as instituições do Estado exerçam o seu papel com profissionalismo e independência.

A questão da dívida deve ser assumida como uma responsabilidade interna. A reacção dos parceiros internacionais, incluindo o FMI e os 14 países que apoiam o orçamento, ainda que indesejável, deve ser entendida como uma reacção natural face à forma como nós próprios, ao nível doméstico, gerimos o assunto. A atitude deve ser de procurar engajá-los num diálogo aberto e honesto, tentando persuadi-los a reconsiderar os seus posicionamentos, e não procurar responsabilizá-los, injustamente, pelas consequências dos nossos actos.

Mas todo o esforço visando a retoma da ajuda não terá eficácia se o país continuar mergulhado nesta guerra destruidora. Pelo que procurar encontrar os caminhos para uma solução política que contribua para uma estabilidade de longo prazo é mais do que urgente.

Para que isso aconteça, há uma pré-condição. É preciso restabelecer o ambiente de confiança mútua que é a base para qualquer acordo. Depois é preciso que as duas partes anunciem em simultâneo o abandono do uso das armas como meio para alcançar objectivos políticos e reafirmem o seu compromisso para o retomar da via negocial.

Mas isso não será ainda o suficiente. É preciso estabelecer o conteúdo das negociações; sobretudo o que é que a Renamo deseja em troca da paz. Desde que a actual situação de conflito teve início em 2012, que se vai tornando cada vez mais claro que a Renamo não está interessada em nada mais que não seja, se não a tomada do poder pela força, pelo menos partilhá-lo.

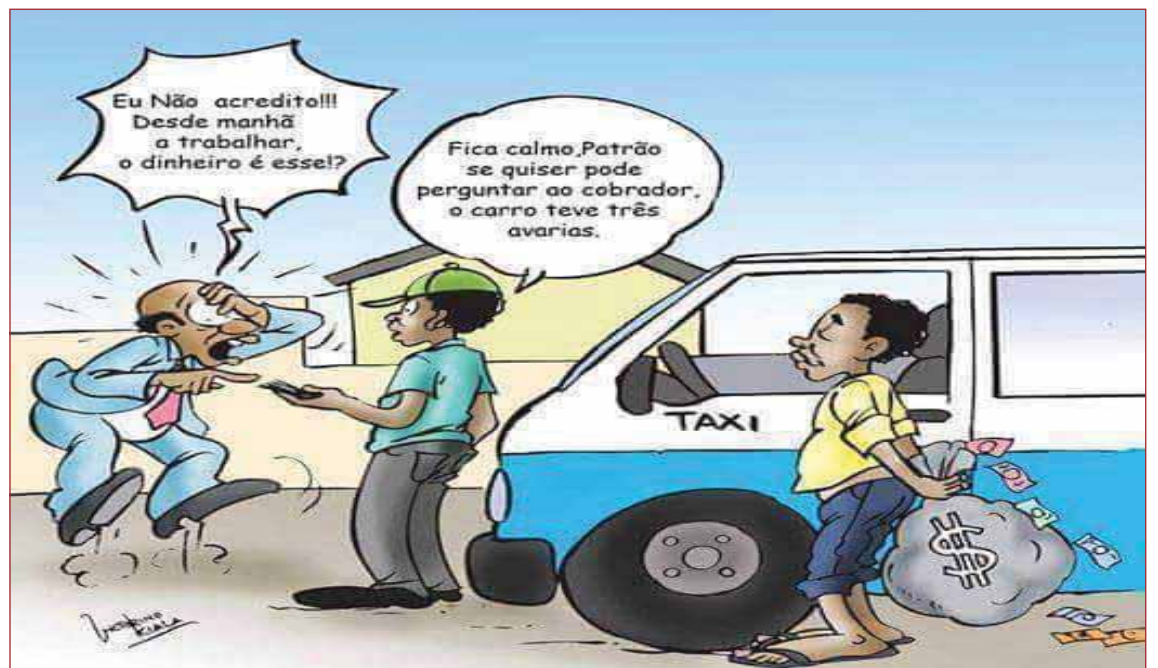
Há um reconhecimento tácito por parte da Frelimo, quanto à necessidade de uma revisão mais estruturada da Constituição da República de modo a acomodar parte das reivindicações da Renamo, fundamentalmente no que diz respeito a um sistema de governação autónoma das províncias. Só que a Renamo quer que isto se reflecta a partir dos resultados das eleições de 2014, o que não deixaria de ser uma aberração.

Mas há alternativas que podem ser adoptadas a curto prazo, enquanto se procede à revisão da Constituição que deverá estar em vigor na altura das próximas eleições em 2019. Uma revisão pontual pode criar o posto de Vice-Presidente, que ficaria com o líder do segundo partido mais votado. Acordar-se-ia também num determinado número de pastas ministeriais a serem ocupadas por representantes dos dois partidos da oposição parlamentar, e ainda um conjunto de representações diplomáticas chefiadas por membros destes dois partidos.

O Vice-Presidente teria assento, mas sem voto na Assembleia da República, e teria nessa função o papel de servir de elo de ligação entre o executivo e a Assembleia da República. Seria o líder do governo na Assembleia da República.

As negociações concentrar-se-iam também sobre o modelo de gestão das eleições de 2019, processo que deverá preferivelmente ser supervisionado pelas Nações Unidas.

Cartoon



Depoimento 5

Quando completei 18 anos de idade, o meu pai ofereceu-me um presente valioso e duradouro. Foi no dia 23 de Maio de 1996. Enquanto a minha mãe e as minhas duas irmãs se azafamavam e aprimoravam na cozinha para preparar o jantar, que seria de família e muito restrito, o meu pai chamou-me para ao pé dele na sala e disse-me:

“Carlos Pedro, quero passar-te uma lição que eu aprendi à minha própria custa e ao longo de vários anos de experiência, que é a seguinte: a vida não é uma corrida de velocidade, bem pelo contrário; é uma maratona, onde temos que saber definir bem e ter bem claro o que nós pretendemos como objectivos últimos e os meios de os alcançarmos. Temos também que saber elevar os nossos ideais aos mais altos níveis de humanidade. Temos, portanto, que ser perseverantes e saber dar tempo ao tempo, para conseguirmos lograr os nossos objectivos. Mas posso dizer mais ainda, Carlos Pedro: não tentes alcançar a verdade e a beleza suprema no extremo limite do horizonte, porque a verdade e a beleza suprema estão ao alcance da tua mão, como está ao alcance de qualquer um de nós. É uma questão de sabermos olhar para dentro de nós e para aquilo que nos rodeia, para podermos chegar lá. É isto que te queria dizer e dar-te como prenda de aniversário. Levanta-te e abraçemo-nos!”

Levantei-me, abraçámo-nos e, depois, fazendo sinal para que nos sentássemos, serviu duas taças de vinho e disse: “Brindemos!” Foi a primeira vez na vida que meti vinho na minha boca, e devo confessar que não me foi nada agradável. Pelo contrário, até me soube um pouco – desculpem o termo – a veneno. O meu pai deve ter reparado na careta que fiz, porque sorriu e me disse: “A primeira vez é sempre difícil, mas essa é uma das lições que se aprende com a perseverança. Se da próxima vez o vinho te cair mal, como agora, então não insistas.”

Tenho vivido com esta lição como um tesouro no fundo da minha alma e do meu coração, e na forma mais funda de dirigir os meus passos e as minhas decisões. Não é que seja propriamente uma pessoa de sucesso, mas sinto-me tranquilo comigo próprio. Aprendi a dar valor a coisas a que o comum dos homens não dá, a pormenores como a beleza simples do rosto da minha mulher, o sorriso alvo dos meus

filhos, a simplicidade de uma acácia em flor nos meses de Dezembro e Janeiro. Aprendi a apreciar, de madrugada, o chilrear dos pássaros em cima da acácia que está em frente ao meu quarto e a sobrepor esses sons aos ruídos dos chapas, no seu vaivém infernal e imparável, e dos txova xitaduma vendendo bananas e outros frutos. Aprendi a apreciar o abraço de um amigo e a saber retribuir-lhe.

Aprendi também a conferir um valor especial – mas isso já deve ser um pouco de misticismo da minha parte, vaidade ou talvez superstição – ao mês de Maio, mês em que nasci. Talvez porque, para mim, é o mês mais belo do ano. Nele tudo reflui e rejuvenesce. E mesmo os rostos das pessoas com quem nos cruzamos na rua parecem mais frescos, mais alegres, mais confiantes e esperançosos. Sinto-me bem durante este mês. Sinto-me bem com o 5 e com a particularidade de tudo na data do meu nascimento (23 de Maio de 1978) apontar para esse número: de facto, $2+3=5$, Maio é o 5.º mês do ano e $1+9+7+8=25$, que é um múltiplo de 5. Dizem-me também que nasci às 14 horas. $1+4=5$.

Como vês, tenho tudo para me sentir bem. Para além do que disse atrás, Maio é o mês em que trabalhadores de Chicago se manifestaram no dia 1.º, em reivindicação pela redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, movimento que deu origem a que se proclamasse esta data como o Dia Mundial do Trabalhador. É certo que ainda não se atingiu tudo. Mas o caminho que o rio percorre da nascente até à foz, como se sabe, é lento, longo e tortuoso. Um pouco como uma maratona... Lá se chegará.

O meu mês não é um mês qualquer. Eu também não sou uma pessoa qualquer. Mas, quanto a mim, devo isso ao conselho que o meu pai, Pedro Erasmo, me deu como prenda quando completei 18 anos. Tenho quase a certeza de que lá onde ele está – e que Deus o tenha – se sente orgulhoso quando me vê passar, embora eu não o veja, e me aponta com o dedo dizendo aos seus pares: “Aquele é o Carlos Pedro, meu filho.”

Essa lembrança, corresponda ou não à verdade, põe-me em paz comigo próprio, com os outros e com o mundo inteiro. Tenho razões para me sentir feliz, e mais ainda porque, por coincidência ou por suprema justiça, o número que me calhou nesta série de depoimentos é mesmo o 5. Eu sou do 5.

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRR/DNI/93
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

KOK NAM
Director Emérito
Conselho de Administração:
Fernando B. de Lima (presidente)
e Naita Ussene
Direcção, Redacção e Administração:
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73
Telefones:
(+258)21301737,823171100,
843171100
Editor:
Fernando Gonçalves
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:
Francisco Carmona
(francisco.carmona@mediacoop.co.mz)
Redacção:
Fernando Manuel, Raúl Senda, Abdul
Sulemane, Arginaldo Nhampossa e
Armando Nhandumbo
Fotografia:
Naita Ussene (editor)
e Illec Vilanculos
Colaboradores Permanentes:
Machado da Graça, Fernando Lima,
António Cabrita, Carlos Serra,

Ivone Soares, Luis Guevane, João
Mosca, Paulo Mubalo (Desporto).
Colaboradores:
André Catueira (Manica)
Aunício Silva (Nampula)
Eugénio Arão (Inhambane)
António Munaíta (Zambézia)
Maquetização:
Ascêncio Machavane e
Hermenegildo Timana.
Revisão
Gervásio Nhalicale
Publicidade
Benvinda Tamele (823282870)
(benvinda.tamele@mediacoop.co.mz)

Distribuição:
Miguel Bila
(824576190 / 840135281)
(miguel.bila@mediacoop.co.mz)
(incluindo via e-mail e PDF)
Fax: +258 21302402 (Redacção)
82 3051790 (Publicidade/Directo)
Delegação da Beira
Prédio Aruanga, nº 32 – 1º andar, A
Telefone: (+258) 825 847050821
savana@mediacoop.co.mz
Redacção
adm@mediacoop.co.mz
Administração
www.savana.co.mz

Como é que Moçambique consegue gerir a crise da dívida?

Por Alex Vines*

Num momento em que o Presidente Filipe Nyusi inicia a sua visita à China, há uma crescente preocupação sobre a capacidade do governo de pagar as suas contas e de uma potencial repetição das manifestações violentas de 2008 e 2010.

A visita de Nysui acontece numa altura em que Moçambique confronta-se com o seu maior teste desde o fim da guerra em 1992. Empréstimos não revelados e dívida, um conflito armado com a Renamo e uma das piores secas no sul e no centro do país são uma demonstração da fragilidade do Estado moçambicano.

Nos últimos meses, foram descobertos seis empréstimos previamente não revelados, totalizando 1.482 milhões de dólares. Acrescidos a um dúbio empréstimo de 850 milhões de dólares a favor da EMATUM, supostamente para a compra de uma frota de barcos para a pesca de atum (que incluiu 500 milhões de dólares para a aquisição de lanchas para a guarda costeira) Moçambique tem uma nova dívida comercial de pelo menos 2,32 biliões de dólares por pagar. Estes empréstimos representam 17% de um fardo de dívida externa de 9,89 biliões de dólares — crescendo a um ritmo de 20% por ano durante os últimos cinco anos, e agora acima de 90% do PIB, de acordo com o FMI.

De acordo com o Banco de Moçambique, as reservas externas do país baixaram para 1,8 biliões de dólares em Abril. A moeda moçambicana, o Metical, continuará a depreciar e a inflação, já a 13%, está a subir. As agências de anotação financeira baixaram Moçambique de nível, e aumenta a possibilidade de um incumprimento soberano em 2016, dado que só os custos dos juros são mais de 200 milhões de dólares; os custos anuais do serviço da dívida poderão atingir os 500 milhões de dólares.

O endividamento atingiu o pico em 2013 e 2014, durante a recta final do mandato do Presidente Armando Guebuza. Tinha como base a previsão de que Moçambique iria muito rapidamente se tornar num grande exportador de gás. Os

empréstimos a favor da EMATUM, da Proindicus (622 milhões de dólares) e da MAM (535 milhões de dólares) foram todos usados para a segurança marítima e logística para os projectos de gás através de empresas privadas ligadas aos serviços secretos do país. Ninguém contava com a dramática queda nos preços das matérias-primas e, com alguma preocupação, lições da crise financeira mundial parecem não terem sido aprendidas, dado o método predador de concessão de empréstimos por parte do Credit Suisse e do VTB Bank. Todos estes empréstimos também quebraram os próprios tectos orçamentais de Moçambique e acordos com os doadores. Nenhuma instituição do Estado moçambicano foi consultada. Os bancos não são os únicos culpados. A companhia petrolífera Anadarko fala das suas perspectivas de produção de gás por volta de 2020, mas nenhuma decisão final de investimento (FID) foi ainda anunciada. O FMI também previa que a economia de Moçambique iria crescer a um ritmo de mais de 24% a partir de 2021, como resultado da produção e exportação do gás, o que aumentou ainda mais as expectativas.

Há também outros quatro títulos de crédito avaliados em 221 milhões de dólares, emitidos a favor de um país cujo nome não foi revelado, para a aquisição de equipamento militar de 2009 a 2014, por parte do Ministério do Interior.

A crença de que mais de 100 biliões de dólares estavam a ser investidos no sector do gás levou as elites do país a procurarem o seu espaço para tirar benefícios. Promessas de enriquecimento a partir do gás, e numa medida mais reduzida do carvão, também ajudam a explicar o ressurgimento do conflito com a Renamo e a fragmentação do partido no poder, a Frelimo. Devido à ausência de instituições credíveis em Moçambique, o sistema de elites, de personalidades e clientelismo está fora do controlo. O conflito armado com a Renamo reacendeu em 2015 e já provocou uma vaga de mais de 11 mil refugiados moçambicanos no Malawi, várias

centenas de mortos e mais de 500 feridos — bem pior que a mini-insurreição de 2013-2014. Esforços para mediar ou encontrar uma solução militar para o conflito não estão a produzir resultados. Em finais de 2015, o governo, ou melhor facções dentro dele, tentaram por duas vezes humilhar ou mesmo matar o líder da Renamo. Não é surpreendente, por isso, que já não haja confiança entre as duas partes.

Investidores agora questionam se Moçambique pode continuar a atrair o seu capital. O fluxo do investimento directo estrangeiro sofreu uma queda de 24% em 2015, e 14 países doadores e agências internacionais suspenderam a sua ajuda directa ao orçamento em Abril, pondo em causa 467 milhões de dólares em promessas de ajuda para 2016 — 12% das despesas públicas. O FMI aumentou o seu perfil de risco sobre Moçambique para “Alto”, o que, conjugado com a depreciação das agências de anotação financeira, torna o acesso ao mercado de capitais cada vez mais caro. O fardo da dívida para Moçambique é passível de ter um impacto considerável sobre outros projectos, incluindo planos para a construção do gasoduto African Renaissance, com um comprimento de 2 600 quilómetros e avaliado em 6 biliões de dólares, e que ligará o norte de Moçambique e a África do Sul. Este gasoduto será principalmente financiado por bancos chineses e oficialmente — se não irrealisticamente — estaria operacional por volta de 2020. A China é o maior credor bilateral de Moçambique, pelo que o que vier a acontecer durante a primeira visita oficial do Presidente Nyusi a Beijing é de uma significativa importância — mais empréstimos, embora bem vindos no curto prazo, tornariam o fardo da dívida ainda mais insustentável. O desafio principal para Moçambique será conseguir gerir o seu passivo financeiro e restaurar a confiança com os seus parceiros internacionais de desenvolvimento e com os investidores. Impostos ou outros proventos resultantes da venda de gás poderão ajudar um pouco, o que coloca maior pressão sobre a Anadarko na

clarificação sobre quando é que tomará a sua decisão final de investimento. Mas novos empréstimos tendo como base futuras vendas de gás — incluindo da China — não serão o suficiente. O governo vai ter de introduzir cortes significativos nos seus gastos e considerar a privatização de activos como medidas complementares à renegociação das condições de pagamento de todas as suas dívidas.

Estando já a enfrentar uma acentuada crise de liquidez, com uma crescente incerteza quanto à sua capacidade de pagar as suas dívidas, e o preço do pão e de outros bens de consumo a subir, o governo está apreensivo quanto à possibilidade de repetição dos tumultos de 2008 e 2010. O Presidente Nyusi está a lutar com as opções menos severas. Pagar o crédito vencido da era de Guebuza pode doer, mas é possível — e limpar o nome de Moçambique face à actual situação de excessivo endividamento é um bom começo.

Mais investimentos no sector do gás irão também ajudar. As alas da Frelimo alcançaram uma solução de compromisso em Fevereiro, permitindo que o governo aprovasse o plano de desenvolvimento para um outro investidor no sector do gás, a ENI, para o seu projecto de gás liquefeito. Este é um passo

importante para a tomada da decisão final de investimento. Isto permitiu que a maturação do capital da dívida da EMATUM passasse de 2020 para 2023, quando o projecto da ENI estiver operacional.

Se não houver outras surpresas relacionadas com dívidas ocultas, e se o governo conseguir traçar um plano de pagamento da dívida que seja credível, responsável e transparente, para além de mostrar o seu respeito pelas instituições nacionais e garantir que isto não volte a acontecer, as suspensões de ajuda por parte dos doadores poderão ser levantadas, e agências de anotação financeira poderão também melhorar a posição de Moçambique.

Mas muitos outros problemas continuarão. Muito embora as alas dentro da Frelimo tenham conseguido reconciliar-se em Fevereiro, unir a liderança do partido em torno do Presidente será difícil.

Pôr cobro à espiral de conflito com a Renamo, combater as desigualdades e a pobreza, e uma acção para mitigar os efeitos da seca são questões urgentes, mas irão apresentar um conjunto de desafios ainda maiores.

*Pesquisador ligado ao Chatham House baseado em Londres

 **FUNGULAMASO**
Carlos Serra
Email: carlosserra_maputo@yahoo.com
Portal: <http://oficinadesociologia.blogspot.com>

477

Futebol e missa pagã

Os campos de futebol são os reais sucedâneos dos templos clássicos da história.

Ir a um jogo de futebol é ir a uma missa pagã: rezamos fervorosamente, imploramos aos deuses (as modernas estrelas do futebol), partilhamos a empatia da presença através de múltiplas maneiras (as claques são o exemplo mais flagrante), esperamos que o sacerdote (o árbitro) seja convincente.

E regularmente voltamos ao templo para revigorar a nossa fé e aí deixar as nossas preces generosas para que vença o nosso clube, o nosso deus colectivo.

As nossas tristezas, as nossas fragilidades, os nossos medos, ficam reactivamente atenuados se as nossas equipas ganham. Se não ganham, sabemos que ganharão um dia. Uma fé inabalável, que a magia, boa ou má, dos treinadores e, no nosso caso, dos *vovós* (os grandes curandeiros do ritual), alimenta em permanência.



A TALHE DE FOICE
Por Machado da Graça

Desculpa atípica

No momento em que toda a sociedade moçambicana exige saber como foi possível alguns dos nossos governantes contraírem gigantescas dívidas em nosso nome, Carlos Agostinho do Rosário deu, há algum tempo, uma conferência de imprensa que procurou apresentar como explicativa.

O Primeiro Ministro justificou o facto de o governo anterior não ter seguido os procedimentos constitucional e legalmente obrigatórios, dizendo que as circunstâncias desse momento eram atípicas. Referia-se ao facto de existir uma tensão político-militar entre o governo e a Renamo, esta estar representada na Assembleia da República e o dinheiro ser destinado à compra de armamento.

Ora, a desculpa parece-me bastante vazia de conteúdo. Senão, vejamos:

Até onde nos têm contado, a dívida da EMATUM foi gasta em barcos de pesca e barcos militares de patrulha da costa. A da Proindicus em barcos militares, radares e outro material de vigilância costeira. E o da terceira empresa terá sido gasto em equipamento de manutenção naval.

E eu pergunto: que relação têm estas compras com a tensão militar com a Renamo?

Será que o governo está a pensar em utilizar as lanchas militares para escoltar as colunas de viaturas na Estrada Nacional no. 1? Ou usar os barcos de pesca para transportar militares para a Gorongosa? Ou os radares marítimos para localizar as bases da Renamo nas zonas recônditas?

Se não for isso, qual a razão de esconder

as compras aos deputados da Renamo? Diria que se trata de uma desculpa ela própria atípica de um político como Carlos Agostinho do Rosário. Desculpa que só se justifica numa realidade política mais do que atípica, em que não se sabe bem quem é que manda e o que pode acontecer a quem não toca a música que o maestro (seja lá ele quem for) manda tocar.

De qualquer forma, muitos dos analistas consideram que não é tradição do partido Frelimo sacrificar os seus dirigentes culpados de actos criminosos ou corruptos. E nessa política de seita se incluiria a desculpa esfarrapada do Primeiro Ministro, desculpa em que, de certeza, é o primeiro a não acreditar.

E, depois de tudo, há o problema da dimensão desta actual falcatura. Nunca até aqui, que eu tenha tido conhecimento, houve nenhum rombo aos bens públicos que, de perto ou de longe, se comparasse a esta golpada infame.

Mesmo pessoas que, com desvios de pequeno valor, estão dispostas a fechar os olhos em nome de uma antiga camaradagem, neste momento se arrepiam de horror ao ver até que ponto a roubalheira chegou. E, por enquanto em voz baixa, vai-se falando da necessidade de purificar as fileiras. Mesmo ao mais alto nível se fala de desinfecção das instalações. Só que parece haver pouca vontade de comprar o insecticida apropriado. Vai-se adiando a solução à espera que aconteça um milagre. Que, muito provavelmente, não vai acontecer.

E, entretanto, os moçambicanos, que julgavam que já tínhamos chegado ao fundo do buraco, vão descobrindo que o país se continua a afundar a ritmo acelerado (ou será celerado?).

RELATIVIZANDO

Por Ericino de Salema



Quem são os 'inimigos' de Nyusi?

O epistemólogo e filósofo austríaco Karl Popper retrabalhou, no decurso da segunda guerra mundial (1939-1945), o conceito de sociedade aberta, originalmente criado por Henri-Louis Bergson, filósofo e escritor francês que exerceu muita influência sobre os pensadores da primeira metade do século XX, sobretudo com a sua tese segundo a qual os processos em torno da intuição e da experiência imediata são mais significantes e/ou úteis que o racionalismo abstracto e a ciência, para efeitos de compreensão da realidade.

Popper escreveu, enquanto decorria a segunda guerra mundial, a obra 'A sociedade aberta e os seus inimigos', lançada em 1944. Nesse obra, Popper basicamente defende que numa sociedade aberta os governos são supostos serem tolerantes e responsáveis, num contexto em que os mecanismos políticos são transparentes e flexíveis. Adicionalmente, em sede de uma sociedade aberta os governos não devem manter segredos para si mesmos, sendo que a ética governativa lhes imponha, num contexto tal, respeito por todos: a liberdade política e os direitos humanos são os princípios fundamentais que regem esse tipo de sociedade.

Na tese de doutoramento em ciência política por si defendida em 2007, na Universidade de São Paulo, no Brasil, Luiz Martins Serpa diz, em análise à acima referida obra de Popper, que a mesma possui um carácter de resposta política às preocupações que ele trazia da sua experiência política pessoal desde a primeira guerra mundial (1914-1918) e as consequências que a mesma originou na sociedade onde ele nasceu e vivia, designadamente o Império Áustro-Húngaro, mais especificamente à sua "intelectualmente efervescente capital", Viena, e mesmo para o mundo no geral. Corporizaram essas consequências a pobreza, o caos político e económico, a perda de dinamismo intelectual causada pelas adversidades sociais, de entre outros.

Continuando, Popper refere, na mesma obra, que esses problemas são causados pelo "apego a ideais" que fazem com que os indivíduos ajam sob o que, com recurso a um termo originalmente do psicanalista Freud, denominou de "tensão civilizacional". Mas porquê? Ele explica que tal tem que ver com o facto de a maior parte dos indivíduos na sociedade não suportar o peso da liberdade, passando, por isso, a desejar viver em situações nas quais não tenham que enfrentar as responsabilidades de serem livres e assumirem as consequências das decisões que tomam, ou tomaram, no exercício da liberdade.

A sociedade que Popper escarpeliza no livro que escreveu a um ano do fim da segunda guerra mundial parece ser absolutamente igual àquela que o Presidente da República (PR), Filipe Nyusi, encontrou a 15 de Janeiro de 2015, quando iniciava o seu mandato de cinco

anos. E, nisso, o discurso de investidura do nosso PR, para muitos a 'mais significativa obra' que ele já arquitectou nestes seus primeiros 16 meses de governação, parece uma versão resumida e bem conseguida da obra 'A sociedade aberta e os seus inimigos'.

Tal como Popper, que, pouco mais de 70 anos antes, noutro contexto e formato, defendeu que a liberdade política e os direitos humanos são os princípios fundamentais que regem uma sociedade aberta, Nyusi afirmou, no seu discurso de investidura, o seguinte: "Defenderei de forma vigorosa os direitos humanos, em particular o direito à vida e às liberdades fundamentais do Homem". Como que a dar substância a isso, precisou: "A construção de uma sociedade de inclusão exige não apenas discursos e declaração de intenções. Trabalharei para tornar mais visível e real a inclusão de que todos falamos e tanto ansiamos".

Tantas outras analogias podem ser feitas entre a obra de Popper e o discurso inaugural de Nyusi: ambos elaboraram quando a ausência da paz, materialmente falando, era uma constante; ambos se mostram adeptos do pragmatismo no lugar de teorizações e/ou meros discursos; ambos tinham bem presente que o secretismo e/ou a inexistência do acesso à informação se afigura(va) nefasto ao desenvolvimento. Há, ainda, algo relativamente diferente entre ambos: um (Popper) catalogou clara e abertamente os "inimigos" – os inimigos da sociedade aberta são suportam a "tensão da civilização", daí buscarem eliminá-la; outros inimigos da sociedade aberta são aqueles que, deliberadamente, são aversos à liberdade enquanto tal, bem assim de qualquer benefício que ela possa apresentar para os homens; inimigos há ainda que apreciam a liberdade, mas acabam adoptando ideais políticos que a prejudicam! –, enquanto outro (Nyusi), talvez por ser estadista, preferiu referi-los nas entrelinhas.

Nestes seus 14 meses de governação, Nyusi tem, muitas vezes, se referido aos seus 'inimigos', o mais visível dos quais é a ausência da paz, o que, em bom rigor, é inimigo de todos nós e das gerações vindouras. Se esse 'inimigo' é óbvio – não pretendemos, aqui, discutir se Nyusi tem ou não feito o suficiente em prol da paz efectiva! –, há outros que têm sido citados, e muito bem, pelo PR. Um dos exemplos é o que ele disse quando foi do trigésimo quinto aniversário da TVM: disse o PR que aquela estação pública deve ser plataforma da cidadania, inclusão e democracia participativa. Os que agem no sentido contrário do sugerido por Nyusi serão, pois, tudo menos amigos da sociedade aberta!



SACO AZUL

Por Luís Guevane

Dilema (ou equívoco?)

Os repetitivos apelos à paz, através de discursos políticos bem como por meio de politiquices, poderão ter, muito brevemente, o desejado provimento. Nisto tudo, como fica o mega escândalo das dívidas ocultas? É verdade que internamente, ou seja, entre o Governo/Frelimo e a Renamo, podemos encontrar soluções que nos conduzam à almejada paz sem guerra. Entretanto, é também verdade que o peso da mediação externa poderá, em última análise, garantir alguma consistência àquilo que se pretende. Resolvendo a questão político-militar ofusca-se, provavelmente, o mega-escândalo. Dependendo de como será resolvida a primeira questão poder-se-á criar (ou não) espaço para pegar e responsabilizar os culpados. Esta última, a acontecer primeiro, poderá conduzir a uma resolução segura da outra.

A solução de carácter interno, vezes sem conta tentada, sempre pecou pela falta de sinceridade e seriedade. Os resultados dos apertos de mãos entre Dhlakama e Chissano, Dhlakama e Guebuza, e, Dhlakama e Nyusi, são um forte indicativo dessa falta de seriedade e/ou comprometimento com a estabilidade político-militar no País. Esses três momentos de apertos de mãos não foram de felicitação pela vitória nas urnas, mas sim de libertação de alguma tensão política e social, incontrolável, que pairava no ar. Os dois últimos apertos, então, foram de uma impecável simulação de entendimento.

Estamos num momento visivelmente bom como acelerador do entendimento entre as partes. As características económicas e político-militares que o País apresenta obriga a uma maior agilidade por parte do Governo/Frelimo bem como da Renamo. É um momento em que o sentido de Estado deve

inequivocamente sobrepor-se às vontades de uma ou outra ala dominante do partido no poder. As politiquices e seus respectivos chavões devem dar lugar à lucidez.

Há um sinal de esperança relativamente ao entendimento político a avaliar, por exemplo, pela recente afirmação de Dhlakama, quando diz o seguinte: "Eu sei que as pessoas estão a apontar o Guebuza, eu não quero acreditar que o Guebuza tenha recebido sozinho os milhões e milhões da dívida da EMATUM". Pode até soar a forte ironia, mas como usualmente se diz, é na hora do aperto que se revelam os verdadeiros amigos. O escândalo da dívida pública está a ser tão minimizado como se não houvessem culpados, como se o negócio tivesse sido "limpo". A serem julgados os que a praça pública elege como verdadeiros donos do problema, como ficará o encontro entre Dhlakama e sua contraparte? Ou a nova precondição das "partes" será no sentido de,

primeiro apurarem-se os culpados e responsabilizá-los e, depois, resolver a questão político-militar por meio do diálogo? Esta é urgente. Agora, custa perceber se a primeira não é muito mais urgente ainda, sobretudo para satisfação dos doadores e provimento da nossa mão estendida. Para tal, alguns equívocos intra-partidários (ao nível do poder) terão de ser dissipados.

Cá entre nós: será que já estamos claramente num estado de emergência económica, ou temos todas as condições para que atolemos nisso nos próximos tempos? Estamos numa espécie de alerta laranja com todas as probabilidades de passar para o alerta vermelho. Em termos político-militares parece que a tendência é permanecermos no alerta laranja ainda que nunca se tenha declarado o vermelho. Quanto ao mega-escândalo o alerta é claro!

Mozal e CPI lançam plataformas on-line de apoio as PME's

A fundição de alumínio Mozal está agora a utilizar uma nova plataforma on-line de registo de fornecedores que permite a fácil identificação de fornecedores de bens e serviços à Mozal, bem como ajudar as empresas a estabelecerem parcerias estratégicas entre si.

A plataforma, conhecida por Intsika, é um produto gerido pela South32, gestora e accionista maioritário da Mozal. Intsika é uma das quatro iniciativas desenvolvidas no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores da South32.

O serviço Intsika foi lançado recentemente durante um workshop realizado na Mozal, e é uma iniciativa que visa apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PMEs). O workshop juntou mais de 100 participantes.

Falando no decurso do workshop, os representantes da South32 explicaram que o Intsika é o primeiro passo para fazer negócios com a Mozal, entretanto existem passos adicionais no processo de procurement para se ganhar um concurso ou oportunidade de trabalho.

Os representantes da South32 explicaram também que o Intsika pode ajudar a aumentar as oportunidades de negócio com outras empresas através da criação de uma presença on-line e de desenvolvimento de redes de negócios.

As empresas que desde já pretendem fornecer bens e serviços à Mozal deverão registar-se nesta plataforma. O processo de entrada no Intsika não acarreta custos financeiros. Pode-se aceder ao Intsika através do endereço:

<http://www.south32intsika.net>

CPI e Mozal estreitam parceria

O Centro de Promoção de Investimentos (CPI) também apresentou, durante este workshop, os detalhes sobre a sua ferramenta digital designada SPX, que permite a colocação de empresas moçambicanas na rota da competitividade internacional.

Segundo o representante do CPI, Sr. António Macamo, o objectivo do SPX é de assegurar que as empresas nacionais tenham acesso às

oportunidades existentes nas grandes empresas e criar uma rede de contactos entre as empresas fornecedoras nacionais e as grandes empresas compradoras.

O SPX foi desenvolvido há mais de 20 anos pela Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial, e foi concebido para impulsionar as oportunidades para as PME's através da promoção e desenvolvimento da subcontratação industrial internacional. Em Moçambique, o SPX contribui para a materialização do Programa Quinquenal do Governo bem como para o desenvolvimento de PME's e aumento do PIB. Desde 2012, ano em que iniciou a implementação do programa em Moçambique, já foram catalogadas mais de 530 empresas.

Os participantes do Workshop ficaram a saber que qualquer interessado em aderir ao SPX, deve ser uma empresa nacional, com potencial para fornecer bens e serviços aos grandes empreendimentos ou ser um comprador nacional ou internacional, bastando para isso, contactar o CPI para mapear a sua empresa no SPX.

Fornecedores satisfeitos com as plataformas

Alguns representantes de empresas presentes no workshop, mostraram-se bastante satisfeitos com a abertura da Mozal em criar oportunidades de negócios para novos fornecedores, sobretudo aqueles que actuam localmente.

Muitos participantes afirmaram que estavam muito impressionados com o potencial e com as oportunidades que o Intsika traz para novos fornecedores e acreditam que, as parcerias entre PME's e as grandes empresas podem tornar-se mais fáceis de estabelecer.

Os participantes do workshop notaram que o alto nível de interacção entre os participantes, permitiu a discussão de uma grande variedade de oportunidades de negócios, outros convergiram na ideia de que parcerias inteligentes como Intsika e o SPX podem beneficiar toda a indústria.

Problemas de tesouraria na Federação Moçambicana de Futebol

Feizal Sidat e seu elenco ainda *sacodem o capote*

Por Abílio Maolela

Depois de a actual direcção da Federação Moçambicana de Futebol (FMF) ter contratado, em finais do ano passado (Dezembro), um empréstimo de 18 milhões de meticais junto do Banco Comercial de Investimentos (BCI), como forma de “equilibrar as contas” da instituição, o antigo elenco solicitou, semana passada, um encontro para se explicar.

Na verdade, o elenco de Alberto Simango Júnior diz que o congelamento das prestações regulares da FIFA, resultante do atraso no envio do relatório de contas auditadas de 2014 pela direcção cessante, liderada por Feizal Sidat e também a falta de desembolso, na totalidade, de cerca de 20 milhões de meticais por parte dos patrocinadores, onde desfilam o próprio BCI, a mCel, a HCB, a Água da Namaacha, entre outras empresas, terão contribuído para que a actual direcção se visse na contingência de contrair dívidas.

O antigo elenco de Feizal Sidat, insatisfeito com essas alegadas acusações de a situação actual ser resultado da sua má gestão da direcção, optou por



Feizal Sidat

dissipar equívocos.

De acordo com Gervásio de Jesus, assessor da ex-direcção da FMF, uma das coisas que o seu elenco procurou transmitir foi que, tendo qualquer problema, Feizal Sidat e o seu antigo staff estão dispostos e disponíveis a dissipar quaisquer dúvidas que possam eventualmente existir.

Sabe-se que, em Novembro do ano passado, a FIFA congelou o seu fi-



Alberto Simango Júnior

nanciamento anual à FMF, alegando falta de clareza na gestão dos fundos. Na altura, o ex-presidente da FMF, Feizal Sidat, teria explicado que tinha deixado o relatório de auditoria (feito pela KPMG) com a nova direcção e que esperava uma notificação para responder em torno do assunto.

Ainda sobre o encontro em alusão solicitado pelo elenco cessante, ficou, segundo Gervásio de Jesus, claro que

não há motivos para acusações.

“O encontro foi frutuoso e ficou claro que não existe motivos para acusações de má gestão, existe sim problema de comunicação”, afirmou.

Ainda de acordo com de Jesus, Feizal Sidat não tem absolutamente nada a ver com os possíveis problemas da actual direcção, contudo, declinou comentar detalhes da ordem técnica tratados no encontro.

Para Gervásio de Jesus, o elenco anterior e o actual estão unidos e ambos entendem que só dialogando é que podem ultrapassar possíveis mal entendidos. “Foi uma reunião pacífica e aberta como é apanágio do antigo elenco da FMF”, afirmou.

Enquanto isto, a actual direcção da LMF explicou, recentemente, na Libertação, que o empréstimo de 18 milhões de meticais, com prazo de um ano, será reembolsado pelo valor dos patrocínios de 2015, que a agremiação, então, aguardava.

Simango Júnior e seu elenco hipotecaram um dos apartamentos da antiga sede, no Prédio Fonte Azul, na Avenida Samora Machel, como garantia do empréstimo bancário. Recentemente, o presidente da FMF,

Alberto Simango, explicou que a sua direcção recorreu à banca para equilibrar as contas, pois a sua instituição passa por alguns momentos delicados, com o congelamento do financiamento da FIFA.

“É uma estratégia interna para movimentarmos todas as actividades sob égide da Federação. Como vocês sabem, a Federação anda com problemas financeiros, desde que a FIFA congelou o seu financiamento. Então, não podíamos parar as nossas actividades”, disse.

Simango afirmou ainda que se tratava de um procedimento normal, efectuado tanto por pessoas singulares, assim como por pessoas colectivas e que não vê nada de mal.

“Não vejo que seja assunto para sair no jornal. Não se trata de nenhuma dívida ou nenhum dinheiro mal-purado. Trata-se de um procedimento bancário normal”, sublinhou.

O facto é que o órgão máximo do nosso futebol está com as contas no vermelho e durante a sua despedida, a 13 de Agosto de 2015, Feizal Sidat anunciou ter deixado nos cofres deste órgão um saldo positivo, estimado em onze milhões de meticais.

Académica abandona Segunda Liga e mais três clubes ameaçam tomar o mesmo rumo

Arrancou a “bomba relógio”!

Por Abílio Maolela

Arrancou, no último fim-de-semana, na zona sul e norte do país, o campeonato da segunda divisão (Segunda Liga ou Divisão de Honra), uma competição “bomba relógio”, que cronometra rumo a sua explosão.

Contestada a sua reintrodução neste ano pela Associação de Futebol da Cidade de Maputo e adiado o início por várias vezes (devia ter arrancado a 23 de Abril) pela direcção da Federação Moçambicana de Futebol (FMF), a Segunda Liga revela-se, cada vez mais, uma prova insustentável.

Depois do órgão reitor do futebol moçambicano recuar na sua promessa de participar nas despesas de alimentação, alojamento e transporte, tal como avançou na Assembleia-Geral, realizado em Fevereiro último, vários clubes começam a abandonar a competição.

O primeiro a bater com a porta foi a Académica de Maputo, que nas vésperas do arranque da prova anunciou a retirada devido à sua incapacidade financeira para suportá-la e para o

seu lugar entraram as Águias Especiais.

Segundo o presidente da Académica, o clube “dormiu na sombra da bananeira e não moveu pedras”, pensando que a entidade gerida por Alberto Simango Júnior ia custear as despesas, acto que não veio a acontecer.

Nesta semana foi a vez do Benfica de Nampula, Incomati de Xinavane e Clube dos Amigos da Matola anunciarem a sua saída da competição, caso a FMF não arque com as despesas.

Em entrevista ao canal desportivo da Rádio Moçambique, o presidente daquele clube, Abdul Hanan, disse que está a juntar quinhentas para que a equipa consiga competir este fim-de-semana, mas caso não se resolva o problema rapidamente “a equipa vai ficar em casa”.

Com este cenário, o SAVANA procurou a direcção da FMF para ouvir o seu posicionamento. Invocando o artigo 16, do III capítulo do regulamento da prova, a FMF indica que esses encargos são da responsabilidade dos clubes. Aliás, o Assessor de

direcção, Isac Pedro, vai mais longe exigindo “provas (documentos escritos)” das promessas feitas pela FMF em custear as despesas da prova.

“Se houve promessas é que alguma coisa está escrito e onde está?”, questiona.

Confrontado com as ameaças dos clubes em abandonar a competição, Isac Pedro disse que a “FMF não pode fazer nada” porque não comenta assuntos que vêm dos órgãos de informação.

“Não prevemos que isso venha a acontecer, porque a Académica antecipou antes de iniciar a prova”, disse, acrescentando: “se as Águias Especiais entraram na prova é porque assumiram a responsabilidade de concluí-la”.

Embora invoque o regulamento da prova para furta-se das despesas da prova, o facto é que a FMF, nas vozes do seu presidente e do seu Secretário-Geral, Filipe Johane, prometeu participar nas despesas.

Aliás, no decurso da AG, Alberto Simango prometeu anunciar o patrocinador oficial da prova e deixou claro que o propósito deste campe-

onato é irreversível, pois, trata-se do cumprimento de uma das suas promessas eleitorais.

Entretanto, o órgão máximo do nosso futebol ainda não apresentou o patrocinador oficial da prova e encontra-se sem dinheiro, estando há um ano sem receber o apoio da FIFA (que subiu para um milhão e duzentos e cinquenta mil dólares) devido às contas mal paradas e já pediu empréstimo de 18 milhões de meticais ao BCI para suprir as suas necessidades, porém não chega para suportar a decisão política, que ameaça o acesso ao Moçambola-2017.

Neste momento, as ameaças são da zona sul e norte, onde a prova decorre, pois na zona centro foi suspensa devido à tensão político-militar, tendo se optado pelos campeonatos provinciais.

“Teremos a Segunda Liga, mas depois de concluir os provinciais. Já não será da mesma maneira que tínhamos planificado. Vamos ouvir o que as Associações vão propor”, explicou.

Com esta situação, questionamos a Isac Pedro se havia um “plano B”

para que a prova não seja um fracasso e este revelou que “não há Plano B” porque “acreditamos que a prova vai terminar”.

Aquando da aprovação da proposta de reintrodução da Segunda Liga, a Associação de Futebol da Cidade de Maputo defendeu que a prova arrancasse próxima época, por forma que os clubes se pudessem preparar. Isac Pedro contrapõe essa posição, afirmando que o problema “não está na planificação porque os clubes estão sempre planificados”.

“No ano passado realizou-se a Poule da mesma forma, mas nenhuma equipa reclamou. Aliás, eles gastaram mais no antigo sistema que no actual”, considera aquele decano da FMF, vaticinando que “no próximo ano acontecerá a mesmíssima coisa”. Referir que a primeira jornada foi caracterizada por sete empates, dos nove jogos disputados. As vitórias vieram da zona norte, onde a Liga Desportiva de Pemba venceu 2-0 as Águias Especiais de Lichinga e a UP de Lichinga derrotou 3-1 ao Angoche CD.

VCL

TRAILER

Rua dos Irmãos Roby, 32 - Maputo
Cel: +258 82 8119940
Cel: +258 84 8119940
E-mail: vcltrailer@gmail.com

Fabricante de trailers.

Venda de bombas Diesel.

Venda de acessórios de trailers.

Aluguer de trailers








Monitoria das Medidas e Declarações Governamentais Sobre a Actual Crise Moçambicana

As organizações da sociedade civil (OSC) subscritoras do presente comunicado - Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC), Centro de Integridade Pública (CIP), Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e Observatório do Meio Rural (OMR) - tiveram recentemente a oportunidade de se pronunciar publicamente, primeiro sobre a crise da dívida, e mais recentemente sobre a conferência de imprensa do Sr. Primeiro-Ministro para esclarecimento dos endividamentos ocultos contraídos com o aval do Governo Moçambicano. Todavia, estamos convencidos que o impacto e as consequências dos incidentes, decorrentes dos endividamentos ocultos que agravaram significativamente a já elevada dívida pública, ainda só em parte começaram a fazer-se sentir. Em outras palavras, consideramos utópico e incorrecto pensar-se que aquilo que certos analistas designam por “tempestade” já passou. E porque pensamos que o pior ainda não começou, consideramos indispensável e pertinente realizarmos uma monitoria regular das declarações e principalmente das acções e medidas que as autoridades governamentais irão ter de implementar se realmente quiserem superar a grave crise da melhor forma. De imediato, a principal manifestação do agravamento da crise provocada pela governação diz respeito à adesão e alinhamento dos tradicionais Parceiros internacionais do Governo e dos Estados Unidos com a decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI), em meados de Abril de 2016, de suspender a cooperação e os créditos de apoio directo ao Orçamento do Estado e outros projectos sectoriais implementados pela Administração Pública. Lamentamos que os Parceiros internacionais tenham recorrido a uma opção tão extrema, após uma longa cooperação que parecia exemplar, ao longo de três décadas. Mas seria ingratidão da nossa parte e sobretudo do próprio Governo, se alguma vez tentássemos atribuir a culpa pelo inesperado e brusco corte de relações de parceria internacional, apenas aos próprios doadores.

Apesar da decepção e muitas dúvidas que o discurso e respostas do Primeiro-Ministro, na conferência de imprensa do passado dia 28 de Abril, as OSC subscritoras deste comunicado têm acreditado que a liderança no poder, incluindo tanto o Executivo como o Partido Frelimo, poderiam compensar, reconquistar e merecer a confiança perdida. Presentemente, nem mesmo existe vontade para benefício da dúvida, quanto às boas intenções em superar a crise criada, e não apenas contornar ou ultrapassar a grave crise político-militar e financeiro-económica do nosso País. De qualquer forma, estamos atentos e apreciamos os pronunciamentos de personalidades de dentro do partido Frelimo que têm expresso publicamente sua condenação da violação da Constituição e escandalosa irresponsabilidade que irá prejudicar o País.

À medida que as semanas têm passado, não só as OSC subscritoras deste comunicado como também muitos outros moçambicanos e moçambicanas, começam a ficar crescentemente incomodados e ansiosos, com a lentidão da governação na actual gestão da crise. Como é amplamente sabido, por mais eloquentes que sejam as declarações de boas intenções dos governantes, não haja qualquer dúvida que os cidadãos aprenderam ao longo da vida a apreciar a sua consistência com as atitudes e sobretudo acções e medidas concretas. A este respeito, vale a pena recordar o cepticismo prevalecente

na opinião pública, recordando as recentes palavras de um dos principais veteranos do jornalismo moçambicano, ao comentar a reacção dos governantes aos chocantes escândalos que têm sido denunciadas publicamente:

“E, no entanto, eles sorriem. E dizem que está tudo bem, tudo normal. E inauguram coisas, e vão a encontros internacionais, com o ar mais calmo e inocente do mundo. Ou inconscientes do estado efectivo do país ou fingindo muito bem” (Machado da Graça, Savana 13.04. 2015, p. 20).

Este pequeno e simples reparo de um atento observador da imprensa nacional, denuncia algo muito importante, nesta nova fase. A liderança do Partido Frelimo e do Governo continua a ignorar que o diálogo e a confiança serão infrutíferos sem franqueza das partes envolvidas.

Quando nos referimos à falta de franqueza, já não estamos a pensar apenas na mentira e desonestidade intencionais que se traduziram na violação das leis fundamentais moçambicanas e nos acordos de princípios celebrados entre o Governo e os seus Parceiros Internacionais. Referimo-nos à recusa em comunicarem de forma directa e aberta suas ideias e planos concretos visando resolver (e não apenas ultrapassar, ou contornar) a crise provocada pelo Governo. Administradores de sucesso, a nível internacional, são inequívocos a este respeito: “Basicamente falta de franqueza bloqueia ideias inteligentes, limita uma acção rápida e que bons profissionais contribuam com todo o seu valor. É letal” (Welch e Welch. 20015, Vencer, p. 29). Não menos importante, adverte ainda este gestor de sucesso na segunda metade do século XX: “Esqueça a concorrência externa quando o seu pior inimigo é a forma como a comunicação acontece internamente” (Welch e Welch. 2007: 30).

Acabamos de tomar conhecimento de um pequeno gesto público, da parte do Ministro de Economia e Finanças, digno de apreço. Segundo a emissora pública, a Rádio Moçambique: “O Governo, em 2013 e 2014, por razões que explicou, não forneceu essas informações de duas garantias que emitiu a favor de duas empresas... neste momento, está, publicamente, a pedir desculpas à sociedade moçambicana”, afirmou Maleiane. Saudamos este pequeno gesto, mas é suficiente? Acreditamos que não, principalmente porque nem tão pouco vem do Presidente da República, o Alto Magistrado da Nação.

O MASC, o CIP, o IESE e o OMR são solidários com as organizações da sociedade civil mais directamente envolvidas em aspectos relacionados com a violação dos direitos humanos, visando esclarecer dos problemas provocados e responsabilizar os autores das matanças de cidadãos e o abandono dos seus cadáveres, dos assassinatos, bem como dos “raptos de empresários”, entre outras violações muito graves da liberdade individual.

¹ Comunicado sobre a Crise da dívida. <http://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Comunicado-Mesa-redonda-MASC-CIP-IESE-e-OMR.pdf>, 27.05.2016.

² Sobre o Discurso do Senhor Primeiro-Ministro Acerca da Dívida Externa de Moçambique. <http://www.cip.org.mz/article.asp?lang=&sub=moc&docno=460>, 9.05.2016

³ http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2016/05/ministro-das-finan%C3%A7as-governo-apresenta-desculpas-p%C3%BAblicas-pelas-d%C3%ADvidas.html

“Atitude da RTP é uma vergonha e falta de respeito...”

A Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) usou, sem autorização, uma imagem da autoria do fotógrafo moçambicano, Mário Macilau, violando desta forma os direitos autorais consagrados por lei.

A fotografia em causa foi capturada pelo fotógrafo em 2011, integrado num projecto que se centra no trabalho intensivo e diário de mais de 6.000 trabalhadores de minas de pedra e de recolha de areia local, em Jaflong, no Nordeste Bengladesh, nas proximidades da Fronteira com Índia.

As fotografias descrevem actividades das pessoas que se comprometem na árdua tarefa de abastecimento de pedras de construção a partir do rio. Sendo Mário Macilau um fotógrafo que usa a fotografia como um elemento artístico para criar influências positivas

em relação a diversos assuntos que definem os nossos tempos; desde o restauro da identidade das pessoas socialmente isoladas, condições de trabalho e/ou do meio ambiente, faz esforços emocionais e físicos, por iniciativa própria, para alimentar as suas acções artísticas.

Com a violação dos seus direitos pela RTP, Mário sente-se totalmente abusado e desencorajado injustamente com o acto levado a cabo por aquela cadeia de comunicação, ao copiar a fotografia e publicar sem nenhuma autorização do artista ou dos seus representantes.

Mas, de acordo com Mário Macilau, “o pior de tudo é que quando foi publicada a imagem no dia 25 de Novembro de 2014, o objectivo da Rádio e Televisão pública portuguesa era ou é de alimentar uma informação que foca uma situação totalmente diferente e que não se encontra no mesmo espaço Geográfico. O artigo da RTP relata a situação de trabalho de imigrantes ilegais da República Democrática do Congo, detidos a garimpar diamantes em Angola, usando uma imagem da autoria de um artista reconhecido.

A fotografia plagiada pela RTP foi premiada pelo The Protec-

tion Project nos Estados Unidos em 2011, e, conforme acrescenta o nosso entrevistado “a imagem corre o mundo por via de colecionadores importantes sendo eles públicos ou privados, não existe nenhuma justificação possível para esta atitude”, referiu.

Mário Macilau exige reparação dos danos causados pela RTP. “Está bem claro que a publicação de uma fotografia num jornal ou qualquer órgão de informação, sem a autorização do autor, implica dano moral que deve ser reparado, conforme a lei porque a fotografia é uma obra protegida pela lei dos direitos de autor em qualquer parte do mundo”.

O jovem fotógrafo moçambicano realça que “a atitude da RTP é uma vergonha e falta de respeito, é uma desvalorização ao meu trabalho e por essa razão vou levar a RTP ao tribunal até pagar uma indemnização pelos danos causados”. (A.S)



Mário Macilau



Por Luís Carlos Patraquim



As quatro estações

Deixemos Vivaldi, esse António da Itália de antanho, ainda nem sequer unificada pelo antigo combatente Giuseppe Garibaldi. Arrenguemos as suas quatro estações, as flautas, os violinos e os violoncelos. De que serve isso aqui?

Nós temos o que é estritamente necessário: estação seca e estação das chuvas. Há, em Março, umas flores provocadoras, claramente contra-revolucionárias, que oferecem um arremedo de Primavera, a mais aziaga e intrusiva das estações – essa, exógena, que a decadente Europa resolveu – dizem os mais atentos e genuínos filhos da terra –, espargir em pólen explosivos pelas suas adjacências mediterrânicas. Jovens – classe média, claro! –, a querem liberdade e iphones no Cairo, onde é que já se viu isso?! A usar facebook, a querer separar a religião do Estado, a desrespeitar o senhor Mubarak & etc?! Ainda por cima tudo manipulado por forças ocultas e desocultas... já que é sempre essa a explicação, menorizando por completo as dinâmicas internas, os impactos tecnológicos, a expressão conflituante do político numa determinada sociedade. Escangalhou-se a suspeitosa Primavera, o voto reflectiu a conjugação da influência da Irmandade Muçulmana mais a imensa maioria, digamos, camponesa, e os problemas continuaram. Felizmente que chegou a Ordem, com o senhor presidente Al Sissi. Felizmente!... Os provocadores estão a ser punidos e toda a pulsão de mudança será castigada. A Líbia é um caso de polícia onde deviam ser arguidos os senhores Cameron e Sarkozy.

Aqui, quem define as coisas somos nós! Se for preciso, formamos meteorologistas profundamente engajados que golpearão essas veleidades primaveris. Equinócios e solstícios? Intrusões! A rotação e translação do planeta, o facto de estarmos entre o Trópico de Capricórnio e a

Zona Tórrida, um pedacinho abaixo na parte mais meridional, e de a inclinação do eixo da Terra em relação aos raios solares ser o que é, nada disso nos intimida. Nós não queremos flores! Roubamo-nos entre nós e assim é que está correcto. Rechaçamos os exploradores alienígenas. Isso nos basta para a liturgia do nosso patriotismo. Que Abel e Caim, em múltiplas metamorfoses, salguem de desilusões o chão onde já medraram todos os sonhos, que importa? Somos nós! Perguntar por que razões entregámos o país ao jogo hipócrita das indignações dos organismos internacionais é crime de lesa-pátria. Tudo, menos Primaveras! Vamos dar de penhor milhares de hectares de terra a quem o exigir... porque nos vai ajudar nesta hora de aperto; vamos ter de aceitar todas as cláusulas dos contratos chorudos renegociados na fileira energética que os indignados nos impuserem em concessões de lógica de companhias majestáticas; vamos até fulanizar na nomeação dos culpados disso mas preferimos assim.

É esse o recado conservador dos Antigos Combatentes. Eles tutelam e são eco de outras vezes. Que o derruir das instituições esteja à vista, tal só importa àquele “grupo de agitadores” que protesta por tudo e por nada. Esses querem flores, argumentam com estudos sérios, com a credibilidade de quem não se senta à mesma mesa onde prossegue o já demasiadamente longo repasto comemorativo das alegrias da independência. Eles desestabilizam e esta inversão é a máscara que se nos cola à pele.

Como se fala para dentro sem que seja crime? Como se rega uma flor em vez de regar juízes? Como se respeita a palavra para que entre ela e a realidade se estabeleça uma relação de coerência, de verdade?

As flores esperam, na estação amena, primaveril... se quiserem, a nomeação da sua diversidade.

“Semblantes” é um flagrante pictórico

Estará patente de, 24 de Maio a 4 de Junho, na mediateca do BCI a exposição intitulada “Semblantes” do artista plástico Circle.

Trata-se de um conjunto de retratos maioritariamente pintados em aguarelas sob papel. São pinturas na maioria de figuras de proa, representadas nas mais variadas áreas (política; academia; desporto; literatura; cinema; música; artes plásticas e comunicação) que, de algum modo, bem ou mal, marcaram Moçambique. O artista deixa a incógnita do bem ou mal ao critério do espectador da obra. A essência desta mostra é trazer para as telas o debate da esfera pública, através dos semblantes representados nas obras. É a forma que o artista encontra

para debater Moçambique através da expressão pictórica. O artista é da opinião que um retrato pintado com maior teor de inspiração que técnica, para além de ser uma obra que convida a uma viagem pictórica, eterniza a figura pintada.

O texto de apresentação da exposição foi elaborado pelo escritor Mia Couto e o prefácio pelo artista plástico e curador da exposição artista plástico Gemuce. “Há nas telas de Circle algo que se tornou raro da nossa pintura: o domínio da pintura, do retrato de pessoas e do quotidiano, uma espécie de flagrante pictórico do que é Moçambique, nos seus múltiplos rostos e máscaras. E aqui, aqui e ali, existe uma busca de algo mais íntimo, algo que Circle (aliás Sérgio J. Langa) faz revelar daquilo que não

pode ter retrato. Porque é da ordem do sonho”, escreve Mia Couto.

Sérgio Jeremias Langa, ou simplesmente Circle, nasceu a 5 de Junho de 1980, em Maputo Moçambique. Desperta a paixão pelas artes plásticas em tenra idade, tendo frequentado a academia de artes, precisamente na Escola Nacional de Artes Visuais (ENAV), onde formou-se em Design Gráfico Publicitário, em 2003. Trabalhou como profissional de Graphic Design em algumas agências nacionais e internacionais. Participou de diversos intercâmbios culturais com artistas nacionais e estrangeiros, com o destaque ao workshop “Identidades”, em 2002, com professores e estudantes da Faculdade de Belas Artes do Porto, Portugal e Brasil; workshop de Gravura com professores

italianos, na ENAV, em 2003. Em 2011, foi curador da exposição individual “equilibrium”, de Jussa, na Mediateca do BCI. No mesmo ano fez uma mostra semi-individual de pintura “um olhar dicotómico sobre o ambiente”, no Centro Cultural Brasil-Moçambique. Sua maior forma de expressão artística sempre se fez sentir através da pintura, com maior incidência sobre as aguarelas sob papel e óleo sob tela. Tem obras dentro e fora do país.

Circle é licenciado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Comunitário e concluiu o Mestrado em Jornalismo e Estudos Editoriais, em 2015. Entre outras actividades, exerce docência nas disciplinas de Design de Comunicação para a Escola Superior de Jornalismo e no Instituto Superior de Comunicação e Imagem. (A.S)



SACANA

SUPLEMENTO HUMORÍSTICO DO SAVANA Nº 1167 • 20 DE MAIO DE 2016

MANIFESTAÇÕES DE REPÚDIO



PELAS RUAS DO PAÍS REAL



ENTRETANTO
NA CHINA...





NO INFORMAL

Abdul Sulemane (Texto)

Ilec Vilanculo (Fotos)

Diálogo descambiado

Ao falar sobre o aparelho de justiça em Moçambique, recorro das imagens de assassinatos bárbaros de juizes. Ainda estão frescas na mente. Estes assassinatos serviram, mais uma vez, para demonstrar o grau de impiedade, por parte do crime organizado, ao eliminar os seus opositores sem receio de sofrer represálias.

Quando verificamos esses actos macabros, questionamo-nos, afinal, que sociedade se está a construir? Qual será o futuro das próximas gerações? São algumas questões que rapidamente surgiram? Existem mais. No seio dessa mesma sociedade existem aqueles que lutam por uma justiça social plena. Mesmo que seja uma utopia.

Quem nunca lutou por uma utopia na sua vida? Até várias utopias. Falando de justiça no país, sabemos que existem figuras que lutam por uma justiça social justa, embora enfrentem enormes dificuldades e limitações no exercício das suas actividades. É preocupante o cenário que se vive no aparelho de justiça nacional.

Quem não conhece a Dra. Alice Mabota? É uma das figuras do país com convicções fortes, uma lutadora com garra quando se trata de justiça. Nesta primeira imagem, conversa com o Presidente da Associação dos Juizes de Moçambique, Carlos Mondlane. Alice Mabota tem sempre algo a dizer sobre os direitos humanos. Aqui, foi à saída do encontro que pretendia debater os desafios da magistratura e, entre outros motivos, homenagear o malgrado juiz Dinis Silica.

Precisamos melhorar o ambiente e o desempenho do aparelho de justiça do país. O aperto de mão guarnecido pela aparência séria do actual Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, Flávio Menete, que é arrostado por um sorriso da Juíza, Vitalina Papadakis.

Sabemos que existem os casos quentes, mas é preciso proteger as pessoas que trabalham nestes casos. O que assistimos é intrigante. Percebemos que os magistrados estão deixados à sua sorte no desempenho desta actividade. Os que tinham de defender esta classe andam em carros blindados, vivem em edifícios sumptuosos e deixam serem mortos aqueles que tratam de casos realmente quentes sem protecção devida. Li algo do género algures.

O nível de indignação é bem visível. Basta ver o diálogo descambiado entre o jornalista e Presidente do Conselho Superior de Comunicação Social, Tomás Viera Mário, e o advogado Albano Silva. Circunspecta é a cavaqueira entre o académico João Pereira e o Vice Presidente do Tribunal Supremo, João Beirão. Será que falam sobre o actual pacote eleitoral, um dos fundamentos da discórdia entre o partido no poder e os da oposição.

O Secretário da Mobilização e Propaganda e Porta-voz da Frelimo, António Niquice, efectuou visitas às instalações dos meios de comunicação social da capital do país. Nesta última imagem, foi aquando da visita à redacção do jornal SAVANA. Os anfitriões desta vez foram os editores Fernando Gonçalves e Francisco Carmona, acompanhados pelo fotoperalista Naíta Ussene. Soa a um ambiente de convivência tolerante. Mesmo que muitas vezes as posições sejam opostas sobre determinados assuntos, não significa que não possamos ter uma convivência saudável.



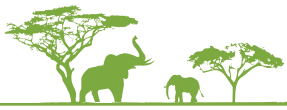


IMAGEM DA SEMANA

Foto: Naíta Ussene



Prakash Ratilal aos estudantes de Jornalismo da UEM

As dívidas quebraram confiança financeira

Por Raul Senda

O presidente do Conselho de Administração (PCA) do Banco Moza, Prakash Ratilal, disse semana passada, em Maputo, que numa economia de mercado como a que vivemos actualmente o sistema financeiro funciona na base de confiança.

Ratilal, que se dirigia aos estudantes da Escola Superior de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade Eduardo Mondlane, debruçou-se sobre o sistema financeiro nacional, quando os estudantes o questionaram sobre as consequências da dívida que a Ematum, Proindicus e a MAM contraíram com garantias do Estado e que hoje estão tecnicamente sem capacidade de cumprir com as suas obrigações.

De acordo com o antigo Governador do Banco de Moçambique, as dívidas contraídas acima do que devia ser definido estão a provocar uma tempestade que agudiza a crise de confiança entre o país e os mercados.

“A tempestade que agora vivemos, que é séria, está a aumentar a crise de confiança do país no sistema financeiro internacional. O endividamento ficou maior do que devia ser definido, os elementos de transparência, gestão foram colocados em causa porque não se limitaram apenas ao plano interno. Envolvem o mundo porque o país e as empresas de Moçambique contraíram financiamentos no estrangeiro e, com a crise de confiança que entra a partir desses operações, todo o mundo fica alerta”, frisou.

Contudo, Ratilal enfatizou que a tempestade financeira que o país está a atravessar não resulta apenas

das avultadas dívidas privadas com garantias soberanas, mas também da conjuntura económica mundial e de outros factores.

Segundo o economista, o mundo está a viver uma situação em que o dólar norte-americano está a tornar-se cada vez mais forte em relação a outras moedas, os preços das matérias-primas, principal linha das exportações moçambicanas, caíram de forma vertiginosa e a tensão político-militar, que tem a região centro do país como foco, também cria uma situação de incerteza e refreia investimentos.

Na palestra organizada pela Associação dos Jornalistas Económicos de Moçambique (AJECOM) e subordinada ao tema: “Jornalismo económico em Moçambique. Desafios da especialização e sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade”, Prakash Ratilal falou do perfil que um jornalista deve ter para ser um profissional competente e credível.

Disse que um bom jornalista deve ser uma pessoa que se informa, investiga, colhe experiências das pessoas especializadas nas matérias a abordar, questiona, domina os processos e antes de publicar qualquer informação ouve as partes, tira dúvidas, interpreta e, por fim, é que manda para o consumo público.

Sublinha que tal como em qualquer actividade profissional, social, económica e política e outras, o jornalismo requer a prática sistemática de regras da ética e deontologia, ser honesto, íntegro, rigoroso e operar dentro das balizas que norteiam a sua actividade específica.

Aconselha ainda que um jornalista é aquele profissional que tem mente

aberta para distinguir, lidar e gerir diferenças de pensamento e de acção, sabe gerir os relacionamentos, por vezes com interesses contraditórios, com sabedoria, evita sensacionalismos, troca de favores e tráfico de influências assim como ser submisso, moleque, moço de recados ou “escovinha”. “O jornalista em Moçambique deve ter como seu primeiro instrumento de trabalho a língua na qual escreve, com a qual se comunica com o seu público, deve ser sério e rigoroso nos números”, advertiu.

Para além de estudantes, professores, jornalistas e outras esferas da sociedade moçambicana, o evento contou ainda com a apresentação de Jessemusse Cacinda, pesquisador do Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAICC) que defendeu a necessidade de especialização dos jornalistas para melhor sistematizar os conhecimentos e ter o domínio de dossiers.

Para Cacinda, a especialização garante que seja produzido conhecimento aplicado às necessidades concretas das pessoas num determinado contexto e o mesmo argumento pode ser usado olhando para o critério de relevância e proximidade, usado para a elaboração de notícias.

Sublinhou que também permite que os jornalistas façam acompanhamento dos assuntos referentes à economia e poderão, por meio disso, fazer uma monitoria dos projectos económicos anunciados pelo Estado ou então, investidores. Ao despenderem mais tempo, os jornalistas poderão desenvolver as suas habilidades na pesquisa e tratamento de informação relacionada a economia.

À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



- Com o país sedento de notícias a partir da China, porque há a crença popular que serão os homens de olhos em bico a resolver os problemas dos moçambicanos, os escribas que acompanham o presidente Nyusi têm tido muitas dificuldades para enviar os seus materiais dados os vários bloqueios e limitações que são impostos à utilização livre da internet.
- Concordando ou não com aquele dirigente que anda também na boca de todo o mundo por causa da dívida, os chinocas têm os seus receios sobre o potencial da “fábrica de sonhos irrealizáveis” e, vai daí, não há facebook e não há Google, o que não permite a quem dependa de contas nesta popular plataforma, receber e enviar serviços por esta via. Uma introdução à democracia na China por parte dos escribas que ficaram de olhos em bico com a maravilha que é o comboio de alta velocidade entre Naquim e Pequim.
- E como é habitual acontecerem coisas quando Nyusi não está, o nosso pai da democracia, a partir da Gorongosa, lá deu mais um empurrão para que exista entendimento, depois de semanas de secretivos contactos, “talks about talks” (conversas sobre as conversações). Pelos vistos deram resultado.
- Dhlakama diz-se interessado no diálogo, progredindo na sua intervenção por áreas muito sensíveis em relação à própria narrativa do conflito moçambicano. É que as valas comuns da Gorongosa e Macossa, do ponto de vista dos direitos humanos, a serem levadas a sério, certamente que despoletarão outras investigação às próprias actividades da Renamo. Será que o líder está mesmo preparado para esse desafio?
- O pesadelo da dívida traz quase todos os dias novos pormenores escabrosos, muitos deles a partir do exterior, uma situação que incomoda particularmente a bancada frel, a começar pela própria chefe. O problema é que, como a casa anda um pouco desnordeada, uma parte das fontes para esses demolidores artigos parte exactamente de dentro do partidão. O que leva, uma vez mais, à demolidora pergunta, quem está de facto no comando do arrumar da casa?
- E, no âmbito das cabeças que são pedidas, há dias, metaforicamente, pelo menos dois ministros moçambicanos assistiram numa representação diplomática estrangeira ao decapitar de uma cabeça de papel, deitada depois para a piscina da embaixada. Não foi explicado a quem pertencia a cabeça.
- Não se sabe se nas manifestações programadas para este fim de semana, a propósito da dívida, serão ou não pedidas cabeças. Como acontece todos os dias na fábrica de sonhos irrealizáveis ...
- Falando das manifestações. Até ao fecho da presente edição não estava claro ainda se os senhorios da metrópole tolerariam ou não que o zé povinho vá à rua chorar lágrimas de sangue contra o roubo que sofreu à madrugada. Se desta vez os sofridos não deram espaço para se evocar falta de comunicação ou então comunicação tardia, o refúgio foi a falta de símbolos, ora não indicação de domicílios, por ai em diante. Só faltou perguntar pelo estado civil e número de filhos!
- Em menos de 48 horas da data marcada para a passeata deste final de semana, um casal de homens, não necessariamente gays, mas políticos que haviam celebrado um estranho matrimónio, colocaram fim a uma relação que teve pouca dura. Vai dar saudades vê-los a dois, de evento em evento, a apresentarem as tais ideias de uma oposição construtiva, se é que não destrutiva.
- Iniciou, à escala nacional, a campanha de revista de taxa da radio-difusão para os automobilistas, apesar de não se dar voz aos críticos do governo. Já agora porquê temos de pagar por um serviço que não representa a multiplicidade de opiniões?

Em voz baixa

- A última comunicação do banco dos bancos da 25 de Setembro é, no mínimo enigmática. Fala dos doadores, mas não fala das causas que estiveram na base das acções dos doadores. E, sobretudo, não esclarece se o banco e o seu governador sabiam ou não das dívidas encobertas. É que fontes internas, insistentemente, que em Março foi feito um pagamento para honrar os compromissos de uma das problemáticas companhias. Será que os milhões envolvidos não envolvem assinatura do boss?

Vive agora a fazer a tua melhor pose

Vai já a uma loja Vodacom

Vodacom
Tudobom pra ti



Oferta
300 MB
de internet

Samsung Galaxy J1

4,999 MT

Inclui
Pacote Inicial



Eni conjuga factores para decidir investimento

A multinacional Italiana ENI, que se dedica à pesquisa e exploração de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma, na província nortenha de Cabo Delgado, ainda está a estudar os diversos cenários que vão contribuir para tomada da decisão final do investimento na primeira fábrica flutuante de GNL.

Com Moçambique a atravessar um conturbado momento, agudizado pela tensão político-militar, que afugenta grosso modo dos investidores, a ENI, que opera na área 4 da bacia do Rovuma, ainda estuda melhores cenários para a tomada da decisão final do seu investimento.

Fábio Castiglioni, director-geral da ENI África, foi muito cauteloso quando abordado sobre os próximos passos a dar em torno do investimento da sua empresa. Precisou apenas que ainda há muita coisa em jogo para a tomada da decisão final de investimento.

O dirigente, que falava há dias no distrito de Palma, província de Cabo Delgado, durante a visita aos projectos sociais que a ENI está levar a cabo naquele ponto do país, saudou a aprovação pelo governo moçambicano do Plano de Desenvolvimento do Coral Sul na Área 4 da bacia do Rovuma.

“Este é um passo fundamental para progressão em relação à decisão final de investimento no projecto que contempla a instalação da primeira fábrica flutuante de Gás Natural Liquefeito (GNL) em África, uma das primeiras no mundo”, disse.

De seguida referiu que se trata de um grande projecto que envolverá diferentes frentes de trabalhos desde a componente de perfuração dos poços de produção, sistema de produção submarino de gás, construção e operação da própria fábrica flutuante e logística em mar e em



terra.

No âmbito do projecto Coral, a ENI e os seus parceiros na Área 4 da bacia do Rovuma, neste caso a Galp energia, Kogas e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) elaboraram um plano que visa maximizar o conteúdo local através de fornecimento local de bens e serviços necessários para implementação das actividades do projecto.

O referido plano vai desde o processo de recrutamento dos moçambicanos a empregar nas diferentes frentes da obra, o que contempla a formação da mão-de-obra e selecção das empresas, que estarão envolvidas durante os seis anos da construção do projecto, bem como na fase de operação que espera que

seja de 25 anos.

Numa primeira fase, o projecto permitirá a extracção de 4,7 triliões de pés cúbicos de gás natural e a produção de 3,37 milhões de toneladas por ano de gás natural liquefeito (LNG).

Com este volume de trabalho, a ENI aponta que será necessário criar mil postos de trabalho que poderão aumentar ao longo do tempo de acordo com evolução do plano de nacionalização das posições inicialmente ocupadas por expatriados.

ENI entrega fontanários

No âmbito da sua responsabilidade social, a ENI entregou formalmente às populações de Palma um sistema de distribuição de água constituído

por dois furos com os respectivos tanques e três fontanários públicos avaliados em USD 600 mil.

Na ocasião, o administrador do distrito, David Machamboco, que aparecia em público pela primeira vez desde a tomada de posse, o investimento da ENI vai contribuir na melhoria das condições de vida das populações, minimizar o sofrimento das comunidades que se viam obrigadas a percorrer longas distâncias para obter o precioso líquido, bem como prevenir doenças “pois passarão a consumir água potável e bem tratada”.

A nível daquele distrito, a ENI investiu ainda na construção de raiz de um bloco operatório com duas salas de cirurgia, totalmente equipadas com material de ponta, re-

abilitou e ampliou o laboratório e construiu uma sala de radiologia também com equipamento moderno.

A ENI construiu ainda a casa de mãe-espereira, que conta com 12 camas. Esta casa é para acomodar mulher prestes a dar parto provenientes de postos administrativos ou localidades longínquas da vila sede de Palma. De modo a garantir o pleno funcionamento do centro de saúde distrital de Palma e bom uso do respectivo equipamento, a empresa italiana promoveu acções de formação de profissionais de saúde moçambicanos que hoje em dia já atendem também pacientes provenientes da vizinha Tanzânia.

(Argunaldo Nhampossa)

IMPRESSÃO EXACTA, Lda
Gráfica • Serigrafia • Papelaria



IMPRESSÃO EM OFFSET

MATERIAL ENTREGUE EM 72 HORAS

4 Cores • Print de Qualidade • Rapidez

- Livros de Factura/ Recibos/ VDs
- Cartazes
- Panfletos
- Flyers
- Brochuras

- Catálogos
- Envelopes
- Papel Timbrado
- Livros / Revistas

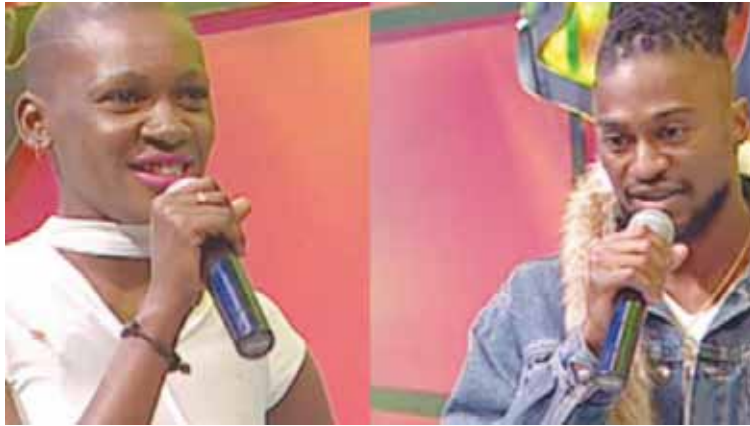
BIG BROTHER Xtremo

Maura e Ivan perdem corrida para a final

O Big Brother Xtremo está a chegar ao fim, faltando apenas dois dias para a tão aguardada final, onde o vencedor levará para casa USD100 mil, após 64 dias de confinamento numa das casas mais vigiadas de Moçambique e Angola.

Entretanto, Maura Melaço (Angola) e Ivan Dread (Moçambique) foram dos dois expulsos na Gala de domingo passado, perdendo assim a possibilidade de tomarem parte da final este domingo (22 de Maio) em Joanesburgo.

A semana da perseverança terminou com consolo e desilusão. Dois dos concorrentes mais proeminentes do programa, Maura Melaço com 19.09 e Ivan Dread com 20.74 por cento, não convenceram o público e foram preteridos por Pape-



tchulo (Angola) que obteve 27.08 e Mistake (Moçambique) com 33.09 por cento dos votos.

Emerson Miranda e Diela Burity foram os condutores de uma noite de emoções animada pelo irreverente e sempre activo Dielas One. O músico animou a gala de expulsão com três dos seus sucessos,

entre os quais o "Pisa Pisa", e proporcionou verdadeiros momentos de boa disposição ao estilo do seu Afro House.

Maura Melaço foi a primeira brothers a ser expulsa, vestida de branco e a combinar com Mistake, a irreverente bailarina da Samba, mostrou-se bastante consciente

quando recebeu a notícia. Segura de si, despediu-se de Mistake e dos outros, abandonando a casa com muita pose e autoridade, argumentos que sempre a caracterizaram.

Ivan Dread parecia estar mais confiante na permanência, quando ouviu o seu nome mostrou-se algo surpreso. A sua auto-confiança não perspetivou tamanho desaire. Inconsolável, o jovem estudante de direito saiu da casa bastante desanimado. Tinha perdido a oportunidade para Mistake.

Os finalistas e potenciais vencedores do Big Brother Xtremo são Ana Guimarães, Mistake, El Dio (recebeu a terceira advertência e foi expulso da casa) Filly, Papetchulo e Matilde. Com personalidades diferentes, estes conseguiram convencer o público e manter-se em jogo. Domingo, 22 de Maio, o público amante de BB xtremo conhecerá

o grande vencedor. Uma temporada que tem sido repleta de drama, romance, ação, suspense e muita controvérsia, condimentos que tornam o Big Brother um reality show sempre muito apetecível de se acompanhar.

A última semana será dedicada à nostalgia e o Big Brother irá proporcionar aos brothers momentos de recordação e desafios que os remetam ao passado.

O Big Brother Xtremo pode ser visto diariamente no canal 717 da DStv, 24 horas por dia, sete dias por semana, para os subscritores do DStv Grande e DStv Bué.

O prémio para o vencedor do Big Brother Xtremo é de USD100 mil, que serão pagos ao câmbio oficial da moeda local, Kwanzas ou Meticais (em função do vencedor ser angolano ou moçambicano), com referência cambial do dia de anúncio do vencedor.

mCel lança novo serviço de telefonia móvel

A operadora de telefonia móvel, mcel-Moçambique Celular, acaba de anunciar o lançamento, desde segunda-feira, 16 de Maio, de um novo serviço, Aditivos de Voz, que permite agregar minutos grátis aos benefícios mensais do pacote subscrito pelo cliente.

A promoção enquadra-se na estratégia de actuação da operadora, visando trazer inovações ao mercado, indo de encontro às expectativas dos clientes.

Os minutos grátis podem ser para dentro da rede mcel, assim como para todas as redes nacionais, sendo que o custo do aditivo escolhido será debitado na factura.

Destaca-se que o preço por minuto na nova oferta dos aditivos de

voz é cerca de 58% mais baixo que o preço normal de uma chamada dentro da rede mcel, portanto esta oferta constitui uma excelente oportunidade para os clientes falarem mais para todas as redes a um custo 58% mais baixo.

Pretende-se com esta iniciativa fidelizar os clientes da operadora, levando, ao mercado, inovações e promover a vivacidade de que a marca goza. De acordo com Zófimo Muiwane, chefe do Departamento de Marketing da mcel, pretende-se com esta inovação "retribuir a confiança dos clientes e estimular a preferência pelos produtos e serviços da operadora orgulhosamente moçambicana".



Air Mauritius liga Maputo e Maurícias

Air Mauritius apresentou recentemente o voo inaugural da companhia que ligará Maputo a Maurícias. O voo irá estabelecer uma ligação aérea directa todas as quartas-feiras.

Falando na cerimónia inaugural, o ministro dos Transportes e Comunicação, Carlos Mesquita, afirmou que a entrada da Air Mauritius no mercado moçambicano representa mais um passo fundamental na afirmação do país no mercado da aviação regional e internacional.

"Aproveitamos esta oportunidade para reafirmamos que o espaço aéreo está aberto, convidando as companhias regionais e internacionais para escalarem o país com observância dos regulamentos e mecanismos estabelecidos pelo Regulador moçambicanos."

Por sua vez, o Presidente da Air Mauritius Arjoon Saddhoo referiu que "a relevância do acontecimento para a aproximação dos continentes africano e asiático foi reforçada, assim como o posicionamento das Maurícias enquanto parceiro estratégico de Moçambique na sua afirmação nos mercados regional e internacional."(E.C)



Agenda cultural

Karamel Bar & Lounge

Todas quintas/19h

"TCHAKAZE" ao vivo

Maputo Waterfront

Sábado, 21 de Maio/20h

Zé Barata & Fernando Luís

Bar Xima

Sextas e Sábados/22h

Música ao vivo

Cine-Gilberto Mendes

Sextas, Sábados, Domingos e

Feriados às 18h30

"Ora diga lá, como está este país?"

Mao Mao Maria

Todas quintas/21h30

"Histórias às quintas"

Todos domingos/17h

Jazz com Quarteto OXI

Diabetes tipo 2 Rápido alternativa !!



Jacurama medicinal, Tem poder de baixar o nível de açúcar no sangue, regula a produção de glicose, ajuda diminuir o nível de colesterol e finalmente em poucos meses o seu nível de açúcar no sangue terá um normal equilíbrio para sempre! Absolutamente vai lhe servir por apenas 1700!!

Email: doctor.mpande@gmail.com

Emagrecer em 76 dias !!



voce terá um corpo perfeito, delicado, com uma barriga lisa, com melhor postura e encantador/a, charmoso/a em seguida Terá também saúde excelente!! Absolutamente funciona por apenas 1500!

bloqueia a gordura, reduz a absorção de carboidratos, dá o senso de saciedade e atrai a fome etc..

Amor atraente Cristal!!

Seja Charmoso/a, encantador/a

Por onde estiver!!

Ajuda a atrair o amor e

relacionamento, serve para

reforçar o amor já existente,

ajuda recuperar o amor

perdido, ajuda ganhar uma

relação nova com Amor

próprio, verdadeiro e durável!!

Igualmente é usado para encantar as pessoas ao

serviço, em reuniões, em festas, na praia etc..

Cristal solta = 750 MTS! Pulseira = 850MTS!,

Brincos = 995MTS!, Colar = 1350MTS!

Funciona para homens e mulheres !!

Liga agora para

+258842417091

+258828222221



Niquice visita publicações da mediacoop

O secretário para a Mobilização e Propaganda da Frelimo, António Niquice, visitou, na passada sexta-feira, as publicações da mediacoop (SAVANA, mediaFAX e Rádio SAVANA), onde foi recebido pelos respectivos editores e recebeu detalhadas explicações sobre o seu funcionamento.

Niquice, que está numa digressão em diferentes órgãos de comunicação social baseados em Maputo, manteve igualmente uma demorada conversa sobre assuntos políticos, económicos, sociais e de funcionamento da media em Moçambique, com jornalistas afectos ao jornal SAVANA, mediaFAX e Rádio SAVANA 100.2

Na Rádio SAVANA 100.2 inteirou-se dos processos de reestru-



Secretário para a Mobilização e Propaganda da Frelimo, António Niquice interagindo-se do funcionamento da Rádio SAVANA

turação da mesma, tendo em vista a sua transformação em rádio de informação e cidadania activa e responsável.

A Rádio SAVANA adoptou, recentemente, o Plano Estratégico 2016-2021, um instrumento que contém as principais linhas de acção e orientação da rádio durante os próximos cinco anos, sendo que os próximos momentos da Rádio SAVANA serão de uma gestão estratégica através da qual irá sofrer transformações mais ou menos profundas com vista a responder aos desafios impostos por uma sociedade cada vez mais exigente em matérias de informação.

“Nós consideramos que vocês são nossos parceiros estratégicos sem os quais não poderemos levar a cabo a nossa acção enquanto actores da cena política nacional”, sublinhou António Niquice.

Vodacom reafirma liderança no mercado

A Vodacom lançou nesta quarta-feira, na cidade de Maputo, a sua unidade de negócios corporativos, cujo objectivo é de apresentar soluções cada vez mais competitivas e adaptadas à realidade de cada segmento empresarial. Este projecto está orientado não só para o mercado das grandes empresas privadas, como também para o sector público e pequenas e médias empresas.

De acordo com José Correia Mendes, Director Executivo da Unidade de Negócios Corporativos (EBU) da Vodacom, “este projecto afirma-se como uma inovação na oferta de serviços de comunicações ao mercado empresarial nacional, mas, mais do que isso, é o resultado da antevisão e preparação da Vodacom para o desenvolvimento do mercado das comunicações em Moçambique para os próximos cinco a 10 anos. Conseguir dar aos nossos clientes os melhores produtos e serviços do mercado tem sido o nosso posicionamento desde sempre e esta forma de actuar é bem visível no esforço de investimento realizado nos últimos anos. Graças a este investimento e esta aposta no futuro podemos hoje afirmar que

dispomos da melhor rede de infra-estruturas - como é o caso da fibra óptica e dos data centres - possibilitando assim oferecer aos clientes, não só produtos e serviços integrados e adaptados à sua realidade, como oferecê-los com uma garantia clara de qualidade e de fiabilidade”.

Refira-se que, ao longo dos últimos anos, a Vodacom investiu cerca de 200 milhões de dólares nas suas infra-estruturas a nível nacional, não só para aumentar o uptime dos serviços, mas também para assegurar a qualidade da ligação primária de fibra óptica. Com esta aposta, a empresa construiu o Centro de Recuperação de Desastres, uma réplica do Centro de Operações Centrais, que permite dar a mesma assistência ao cliente em caso de ruptura operacional, e um novo Data Center, local que reforça a qualidade da rede e que dispõe dos mesmos equipamentos, sistemas de energia, de refrigeração e de conectividade que o seu similar. A Vodacom é a única operadora em Moçambique que dispõe de três backbones próprios distintos a nível nacional, com redundância automática (dois backbones em fibra óptica e um terceiro backbone em microondas).





QUER FAZER O SEU NEGÓCIO CRESCER?

A Fundação de Alumínio Mozal é parte da South32, uma empresa metalúrgica e mineira, mundialmente diversificada com operações na África Austral, Austrália e América do Sul.

A South32 acredita que as pessoas trabalhando em conjunto podem criar um futuro melhor para todos. Intsika, uma palavra de origem zulu que significa “ pilar estrutural ” é um programa da South32 África Region para o Desenvolvimento de Fornecedores.

SE É UMA PEQUENA OU MÉDIA EMPRESA COM GRANDES ASPIRAÇÕES, INSCREVA-SE AO PROGRAMA INTSIKA DA SOUTH32.

TRATA-SE DE UMA PLATAFORMA ONLINE DE NEGÓCIOS

Aceda a página web: www.south32intsika.net e registe o seu negócio de modo a poder:

- 1 Receber e publicar oportunidades de negócio
- 2 Encontrar outras empresas na sua região interessadas em fazer network
- 3 Procurar concursos
- 4 Ter acesso à informação e artigos
- 5 Receber notificações de empresas que necessitam dos seus serviços via telemóvel e e-mail.

O desenvolvimento sustentável de pequenas e médias empresas, localizadas nas comunidades nas quais operamos, assim como a sua inclusão na nossa cadeia de fornecimento, é um aspecto fundamental na nossa estratégia de desenvolvimento de conteúdo local.

DE QUE ESTÁ À ESPERA?
REGISTE-SE HOJE!

SOUTH32 INTSIKA
DESENVOLVENDO EMPRESAS LOCAIS A PARTIR DA BASE.

Para mais informações sobre a South32 Intsika, visite a página web: www.south32intsika.net



ÚNICO CARTÕES



O SEU CARTÃO ÚNICO COM CHIP É AINDA MAIS SEGURO. E ISSO MUDA TUDO

Os novos cartões de débito e de crédito Único estão mais seguros e inteligentes com a inovadora tecnologia EMV. Uma tecnologia global que incorpora um chip no seu cartão e garante os mais altos níveis de proteção contra fraude ou falsificação, entre outras vantagens.

Saiba mais junto do seu Banco Único.



www.bancounico.co.mz

ÚNICO
Ser único muda tudo.